

PARTICIPAÇÃO POPULAR

ASSOCIATIVISMO

TENDÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO

Qual é o grau efetivo de participação socio-política da população na Região Metropolitana do Rio de Janeiro? Quais são as diferenças desta participação entre as diversas áreas que a compõem? Quais os principais motivos da filiação dos trabalhadores às entidades sindicais? Que camadas sociais estão mais mobilizadas e organizadas para a participação sócio-política? Os

pobres, que mais necessitam, ou os ricos que detêm maior nível de instrução? Estas são algumas das perguntas respondidas nesta publicação, além de apresentar um levantamento das diversas formas de entidades associativas. Consta ainda a existência de uma multiplicidade de atores sociais organizados

segundo uma pluralidade de interesses, constituindo uma sociedade civil dinâmica e complexa. A abertura de canais efetivos de participação da sociedade nos projetos governamentais torna este livro indispensável para todos interessados no debate sobre as organizações não-governamentais e os caminhos da

democracia na sociedade moderna.

LUIS CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento do nível de organização da sociedade civil na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, em especial, na sua cidade núcleo, o Município do Rio de Janeiro. O estudo do qual resulta, compreende a avaliação do grau efetivo de participação sócio-política da população e a identificação, quantificação, categorização e mapeamento das entidades da sociedade civil de caráter público, não-estatal e sem fins lucrativos.

Pelos resultados aqui expostos, percebe-se, por um lado, que a participação sócio-política no Rio de Janeiro acompanha o quadro nacional: apenas uma parcela da população encontra-se efetivamente vinculada à sociedade organizada. No interior desta parcela da sociedade civil, constata-se um quadro de segmentação da participação que reflete diretamente profundas diferenças de escolaridade, renda e local de moradia existentes entre a população. O trabalho sugere que as atuais transformações econômicas em curso sobre a sociedade brasileira, marcadas pela crescente metropolização da pobreza urbana, ameaçam aprofundar o quadro de exclusão social.

O identificação da multiplicidade e da diversidade de entidades associativas existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro levada à cabo pelo estudo, também permitem afirmar, não obstante, a existência de uma sociedade civil dinâmica e complexa em vias de constituição. Percebe-se indícios de uma reconfiguração nas formas de associativismo e de participação da população, possibilitando imaginar novas alternativas ao processo de exclusão. O desafio é buscar modelos de políticas e de gestão da cidade que, comprometidos com os ideais de justiça e de democracia, articulem as formas de mobilização sócio-políticas baseadas nas organizações corporativas com outras calcadas nos valores da solidariedade.

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

TENDÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO

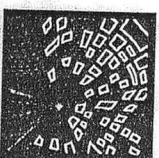
LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

TENDÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO
POPULAR NO RIO DE JANEIRO

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

S É R I E
RELATÓRIOS
DE PESQUISA



OBSERVATÓRIO DE
POLÍTICAS URBANAS
E GESTÃO MUNICIPAL
IPUR • UFRJ • FASE



IPUR
UFRJ

FASE



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

FUNDAÇÃO FORD

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Sector de Publicações da FASE
Sandra Mayrink Veiga

Programa de Publicações do Observatório
Denise Cabral Stuckenbruck

PROJETO GRÁFICO E CAPA

HD Computação Gráfica
Fernando Braga

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HD Computação Gráfica
Fernando Braga

COPIDESQUE

LAA Produções Literárias

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R369a

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947-

Associativismo e participação social: tendências da organização popular no Rio de Janeiro / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior. — Rio de Janeiro : Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR : FASE 1996

— (Relatórios de Pesquisa : 1)

Inclui bibliografia

ISBN 85-86136-01-8

1. Movimentos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 2. Comunidade - Organização. 3. Participação social - Rio de Janeiro (RJ). I. Santos Junior, Orlando Alves dos, 1963-. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. IV. Título. V. Série

96-0585.

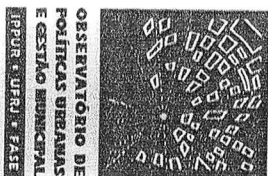
CDD 303.4840981531

CDU 301.171(815.31)

220496 250496

001810

O QUE É O OBSERVATÓRIO?



O Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal constituiu-se, por um lado, em um instrumento sistemático de estudo, pesquisa, organização e difusão de conhecimentos sobre os novos padrões de desigualdades e exclusão social surgidos nas cidades com a crise e a reestruturação econômica, por outro, os novos modelos de políticas urbanas e gestão local.

Trata-se de um projeto realizado pelo IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, em parceria com a FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Nesta série, pretendemos promover a divulgação e circulação da produção acadêmica dos pesquisadores que se engajaram em trabalhos comprometidos com os ideais de justiça social e democratização da cidade.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO _____ 07

CAPÍTULO 1

A PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO _____ 13

1.1 Participação sócio-política, níveis de renda e educação _____ 16

1.2 Participação sindical _____ 20

CAPÍTULO 2

DIFERENÇAS INTRAMETROPOLITANAS DA PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA _____ 25

2.1 Filiação à entidades _____ 29

2.2 Padrões associativos _____ 36

CAPÍTULO 3

AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO _____ 43

3.1 Associações comunitárias _____ 47

3.2 Sindicatos _____ 58

3.3 Organizações não-governamentais _____ 75

3.4 Entidades assistenciais e filantrópicas _____ 82

3.5 Entidades religiosas _____ 86

3.6 Entidades desportivas e de lazer _____ 95

3.7 Cooperativas _____ 100

3.8 Outras entidades _____ 102

CONCLUSÃO _____ 105

BIBLIOGRAFIA _____ 111

ÍNDICE DAS TABELAS _____ 117

ÍNDICE DOS GRÁFICOS _____ 121

ÍNDICE DOS MAPAS _____ 123

LISTA DAS FONTES PESQUISADAS _____ 125

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi realizado no intuito de contribuir para a reflexão sobre a organização da sociedade civil na região metropolitana do Rio de Janeiro e, em especial, na sua cidade núcleo, suscitada pelo debate em torno do Plano Estratégico elaborado pela Prefeitura e por um consórcio de entidades e empresas.

O estudo compreendeu a avaliação do grau efetivo de participação sócio-política da população e a identificação, quantificação, categorização e mapeamento das entidades da sociedade civil¹.

A avaliação do grau de participação sócio-política teve por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1988 (PNAD/1988)². Procurou-se estabelecer as correlações sócio-demográficas referentes ao associativismo, diferenciando-o em sua dimensão sindical, partidária e civil (associações comunitárias, religiosas, etc.). Para tanto, tomou-se como universo o Estado do Rio de Janeiro, procurando-se reter indicadores que descrevessem sua especificidade no contexto nacional. Os dados restringem-se aos divulgados pelo IBGE em 1990³. A seguir, desagregou-se espacial-

1 Este trabalho contou com a colaboração de Antônio Carlos Alkimim, Alexandre Maciel D'Elia, Cristiane Nunes Francisco, Luis Gustavo Vieira Martins, Leopoldo Guilherme Pio, Tatiana Dahmer Pereira, Fábio Willians Dours, Luis Carlos Gonçalves de Oliveira e Verônica Ferreira Machado.

2 A PNAD, pesquisa levada a campo anualmente pelo IBGE em todas as unidades da Federação, trouxe, como um dos temas no questionário suplementar aplicado naquele ano, a investigação do perfil associativo de pessoas com dezoito anos de idade ou mais.

3 Para esta comparação, utilizaram-se os dados publicados pelo IBGE. Ver IBGE, 1990. Os dados sobre o Estado do Rio de Janeiro encontram-se em volume mimeografado.

monte os dados da PNAD relativos à Região Metropolitana fluminense, para examinar mais detalhadamente o perfil diferenciado da participação nas entidades associativas civis, desagregando-as⁴.

O levantamento das entidades associativas foi realizado através de pesquisa de campo de dados secundários, relativos às organizações comunitárias, sindicais, filantrópicas, desportivas, religiosas, cooperativas, empresariais e às chamadas organizações não-governamentais (ONGs).

Já se percebe que o primeiro passo exigido foi delimitar o que é associativismo, quais instituições estariam ou não dentro do campo desta pesquisa. Segundo vários autores, o associativismo confunde-se com o conceito de sociedade civil⁵; mas, trata-se de uma aceção bastante imprecisa, que abrange todas as formas de organização civil e política. Encontram-se também na literatura especializada duas correntes de pensamento que, discutindo as relações entre estado e sociedade, oferecem diferentes perspectivas para a definição de associativismo. A primeira, inspirada no pensamento clássico da ciência política, caracteriza-se por uma concepção dualista, na qual a sociedade civil inclui todas as formas de organização não-estatal, cuja função é a

intermediação dos interesses sociais. A segunda adota uma visão tripartite - estado-sociedade-mercado -, na qual o associativismo é concebido como um terceiro setor⁶, composto por todas as organizações pautadas pela racionalidade ética, em contraposição à racionalidade instrumental das burocracias mercantis e estatais.

Uma séria dificuldade para se chegar a um termo nessa discussão decorre das mudanças em curso no Brasil, que modificam o perfil das representações intelectuais e ideológicas, provocando transformações no pensamento político. Com efeito, a noção de associativismo sempre esteve relacionada aos movimentos sociais e às organizações envolvidas com o ideal do fortalecimento da sociedade civil, da construção da democracia e da justiça social, distinguindo-as acen-tuadamente das instituições filantrópicas e altruístas - chamadas de assistencialistas. Entretanto, a absorção e difusão da problemática ambientalista na nossa agenda política, a crise do Estado, a multiplicação das organizações não-governamentais e a emergência das redes⁷, como novos formatos de ação coletiva, configuram um novo quadro intelectual e ideológico no qual essa distinção e sua ênfase precisam ser revistas.

6 Além da noção de terceiro setor (third sector), são também utilizados os termos organizações voluntárias (voluntary organizations), setor independente (independent sector) e organizações não-governamentais (non governmental organizations). Ver Landin: 1993, op. cit.

7 Segundo Scherer-Warren (1994, 10), as redes de movimentos podem ser definidas como "interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos em torno de identidades e valores coletivos". As recentes mobilizações sociais - tais como: Movimento da Ação da Cidadania, Viva Rio e o Fórum Nacional pela Reforma Urbana - são exemplos dessa reconfiguração.

4 Os resultados aqui arrolados são ainda experimentais, uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada com o objetivo de fornecer informações inferiores ao nível de desagregação metropolitana. No entanto, estudos metodológicos, simulando a desagregação espacial de dados da pesquisa para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, têm-se mostrado satisfatórios, em boa parte pelo tamanho significativo do universo pesquisado: mais de nove mil domicílios e aproximadamente trinta mil pessoas. Ver Alkimin e Ribeiro, 1992; e Ribeiro, 1995.

5 Ver, entre outros: Scherer-Warren, 1994; Bobbio, 1992; Landin, 1993; Wölfe, 1992.

Como este trabalho é essencialmente descritivo, adotou-se uma definição de associativismo que se estende a todas as formas de organização da sociedade civil de caráter público não-estatal e sem fins lucrativos.

**A PARTICIPAÇÃO
SOCIO-POLÍTICA
NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

A PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A proporção média de pessoas com 18 anos ou mais ligadas a entidades associativas no Estado do Rio de Janeiro não difere significativamente das médias nacional e da Região Sudeste. No Rio, cerca de 13% da população encontrava-se, em 1988, filiada a sindicatos ou a associações de empregados, ao passo que 12% vinculava-se a entidades comunitárias (religiosas, culturais, associações de bairro, esportivas, etc.) e 3% estava inscrita em partidos políticos.¹

No entanto, comparando-se o Rio de Janeiro com as demais regiões do País, percebe-se que o Estado situa-se em uma posição intermediária entre o Sul, responsável pelos mais altos níveis associativos (particularmente entre adultos filiados a entidades comunitárias, atingindo 30,7%) e as regiões Norte e Nordeste, com os menores níveis. A Região Centro-Oeste apresenta taxas de associação a sindicatos e a partidos (principalmente esta) superiores à média nacional, o que poderia ser explicado pelo peso relativo do Distrito Federal, centro de articulações políticas e corporativas.

O padrão espacial das regiões pode ser melhor visualizado na Tabela 1, que traz as taxas de associativismo comunitário, sindical e partidário. Destaca-se a Região Sul com os maiores níveis para os três indicadores. As regiões Norte e Nordeste encontram-se no outro extremo, com níveis mais reduzidos. As médias nacionais, do Sudeste e do Rio de Janeiro, situam-se em uma posição intermediária,

¹ Os capítulos 1 e 2 deste livro foram elaborados com consultoria de Antônio Carlos Alkimim, que redigiu a primeira versão do texto e elaborou as tabelas apresentadas.

próximas à posição do Centro-Oeste; exceto, como visto, pelo maior nível de filiação partidária desta Região. De maneira geral, o eixo Norte-Sul representa bem o comportamento associativo, o que sugere uma maior probabilidade do envolvimento cívico da população em regiões onde os níveis de desigualdade social e pobreza são mais reduzidos.

TABELA 1

TAXA DE FILIAÇÃO PARA PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS
BRASIL/REGIÕES/RJ, 1988

%	SINDICAIS	COMUNITÁRIAS	PARTIDOS
BRASIL	12,3	14,3	3,8
NORTE	10,6	8,0	3,7
CENTRO-OESTE	12,4	10,4	7,0
NORDESTE	9,8	6,5	3,8
SUL	17,8	30,7	5,2
SUDESTE	11,9	14,0	2,9
RIO DE JANEIRO	12,7	12,2	2,6

Fonte: Suplemento PNAD/ 1988

1.1. PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA, NÍVEIS DE RENDA E EDUCAÇÃO

A relação entre participação político-social e níveis de instrução e rendimento tem sido observada em diversos estudos nos países democráticos ocidentais. Os segmentos sociais mais instruídos, engajados na economia formal e auferindo rendimentos elevados, são aqueles que proporcionalmente mais se engajam em atividades políticas e associativas². Os Gráficos 1 e 2 confirmam esta hipótese para o caso do Rio de Janeiro.

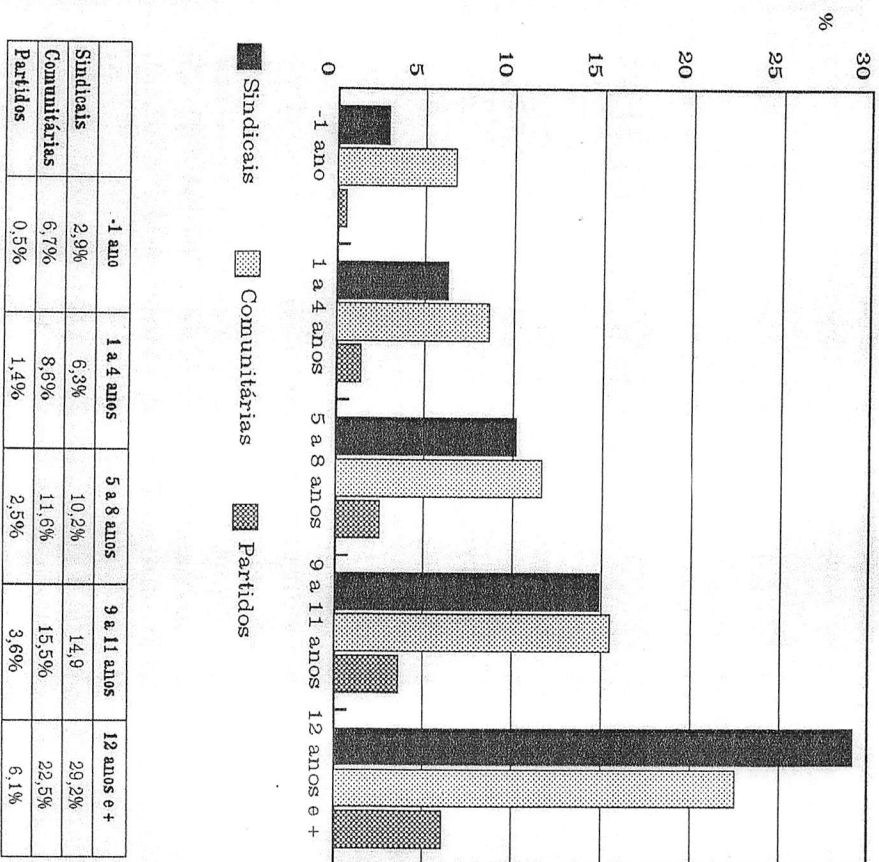
A taxa de filiação entre as pessoas de dezoito anos com baixa instrução (menos de um ano de estudo) é de 3% para entidades sindicais, 7% para associações comunitárias e 0,5% para partidos políticos. No outro extremo, entre os mais escolarizados (doze anos ou mais) os valores saltam para 30%, 23% e 6%, respectivamente.

Do ponto de vista do perfil de renda, o comportamento é semelhante. Entre os que recebem menos de meio salário mínimo mensalmente, não mais que 0,5% estão ligados a sindicatos e a associações profissionais, 1% a partidos e 7% a entidades comunitárias. Por outro lado, entre os que recebem mais de dez salários mínimos, as proporções são, respectivamente, de 38%, 26% e 6%.

Devemos observar que, se as informações acima confirmam a hipótese poliarquica (associação de nível sócio-econômico com participação político-social), apontam também para o baixo nível de inclusão social. São as associações comunitárias que efetivamente têm algum peso entre os segmentos socialmente excluídos. Para aqueles com rendimento mais baixo e poucos anos de escolaridade, o vínculo com entidades sindicais é bastante reduzido. Ao passo que, entre os que recebem mais de dois salários mínimos e têm pelo menos o segundo grau completo, a taxa de sindicalização torna-se preponderante (Gráficos 1 e 2). Provavelmente, isso se deve à informalização do mercado de trabalho - não só fluminense como nacional -, que se constitui em barreira ao engajamento corporativo.

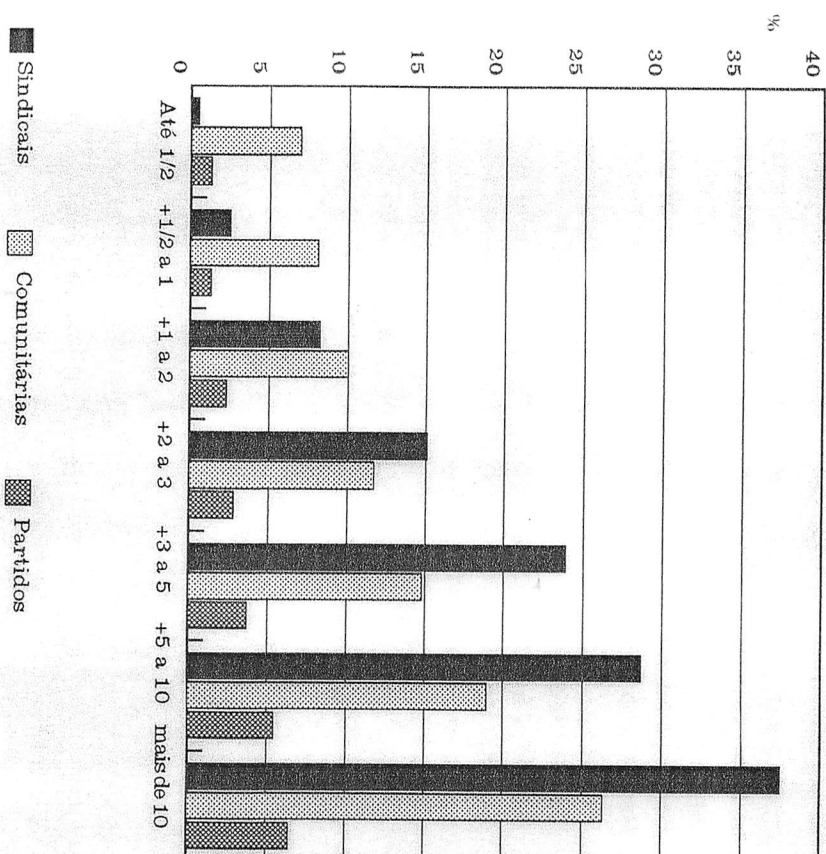
2 Cf. Santos, 1993 ; Dahl, 1971.

GRÁFICO 1
PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS POR FILIAÇÃO A ENTIDADES, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO - RJ, 1988



Fonte: Suplemento PNAD/1988
Exclusivo os sem renda e sem declaração
Renda média em salários mínimos

GRÁFICO 2
PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS POR FILIAÇÃO A ENTIDADES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - RJ, 1988

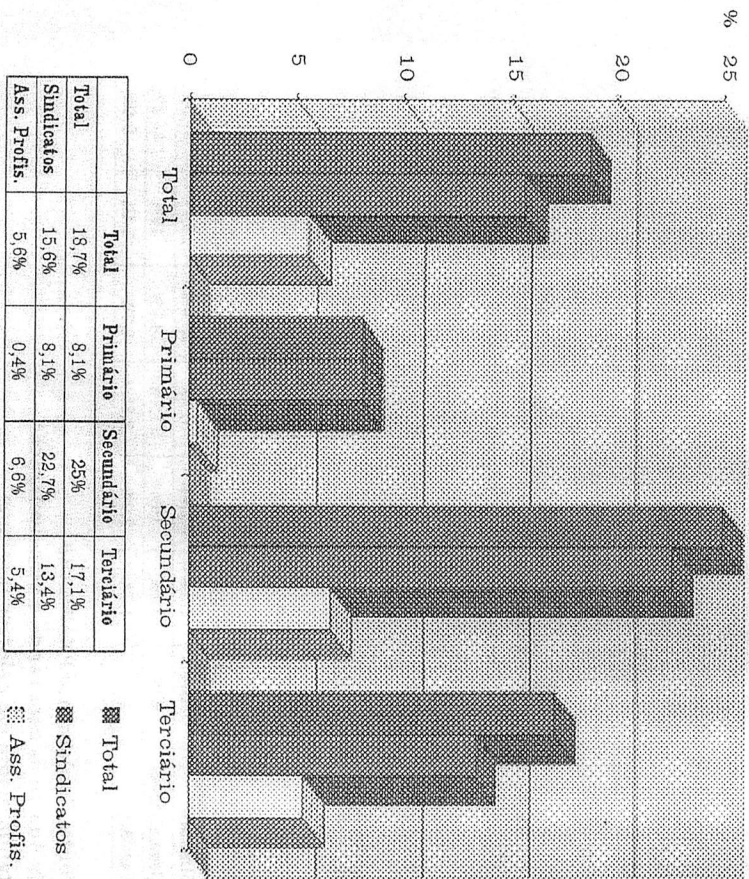


Fonte: Suplemento PNAD/1988
Exclusivo os sem renda e sem declaração
Renda média em salários mínimos

1.2. PARTICIPAÇÃO SINDICAL

Calculando-se a proporção de pessoas adultas ocupadas, filiadas a sindicatos (19%) e a associações profissionais (6%), observa-se que no setor secundário encontra-se o maior percentual de filiação total (25%), seguido pelos setores terciário (17%) e primário (8%). Essa distribuição reflete, em parte, o peso da estrutura ocupacional urbana do Estado, onde estão concentradas as melhores oportunidades de emprego, exigindo uma maior qualificação profissional, em contraste com uma economia rural incipiente (Gráfico 3).

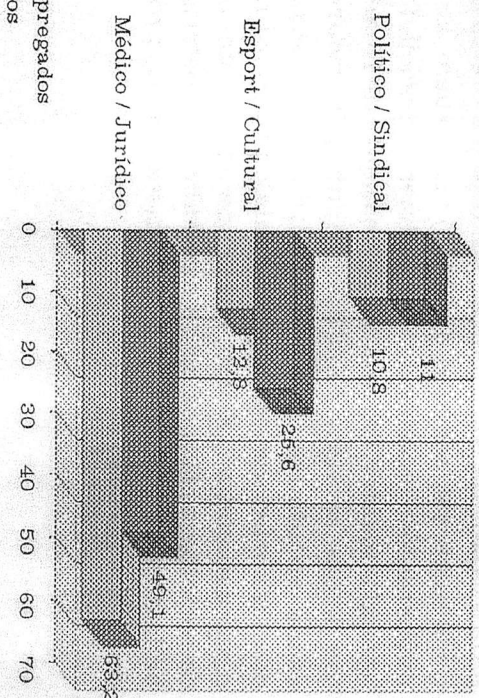
GRÁFICO 3
PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS, FILIADAS A ENTIDADES SINDICAIS, POR TIPO DE ENTIDADE SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE - RJ, 1988



Fonte: Suplemento PNAD/1988

Os Gráficos 4 e 5 servem para indicar os motivos ponderantes de filiação e utilização dos serviços dessas entidades, contrariando concepções ainda correntes sobre o assunto. Entre 40% a 50% dos filiados às entidades sindicais alegam utilizar seus serviços médicos e jurídicos. Essa é a principal justificativa da filiação. Os serviços esportivos e culturais são utilizados por 10% dos filiados a sindicatos e por 25% dos filiados a associações profissionais, e esse é o segundo principal fator que motiva a adesão. O envolvimento com manifestações de caráter político ou sindical não envolve mais do que 10% do total de filiados, sendo ligeiramente superior o percentual dos que admittiram procurar as entidades trabalhistas para aí exercerem esse tipo de atividade (11%). Percebe-se que há uma correspondência entre o motivo de filiação às entidades sindicais e profissionais e sua utilização efetiva. Note-se a diferença entre sindicatos e associações, apresentando estas um perfil mais fortemente cultural e recreativo.

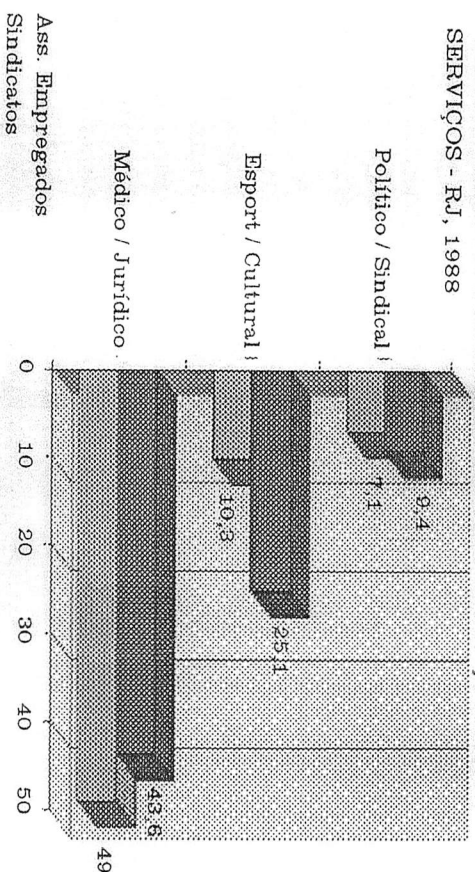
GRÁFICO 4
PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS OCUPADAS, FILIADAS A ENTIDADES SINDICAIS POR MOTIVO DE FILIAÇÃO - RJ, 1988



Fonte: Suplemento PNAD / 1988

GRÁFICO 5

PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS OCUPADAS, FILIADAS A ENTIDADES SINDICAIS POR UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS - RJ, 1988



A prática sindical voltada não só para o encaminhamento de questões políticas e corporativas torna-se fundamental para a manutenção e para a ampliação do índice de adesão às entidades. No caso brasileiro, a compulsoriedade da contribuição sindical e a oferta de incentivos seletivos (serviços diversos) constituem atribuições importantes, capazes de sensibilizar o associado em potencial e manter um quadro permanente de filiados. Muitos desses serviços constituem fontes de recursos para essas entidades. É a racionalidade utilitária, ou a compulsoriedade legal, que impulsiona primordialmente o ato associativo. E isso, como nos mostra um exemplar de sociologia clássica, não é um fenômeno restrito aos trabalhadores brasileiros ou fluminenses; está na própria raiz da lógica da ação coletiva¹⁰.

10 Cf. Olson Jr., 1965.

DI F E N S A S
INTRAMETROPOLITANAS
NA PARTICIPAÇÃO
SÓCIO POLÍTICA

A PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

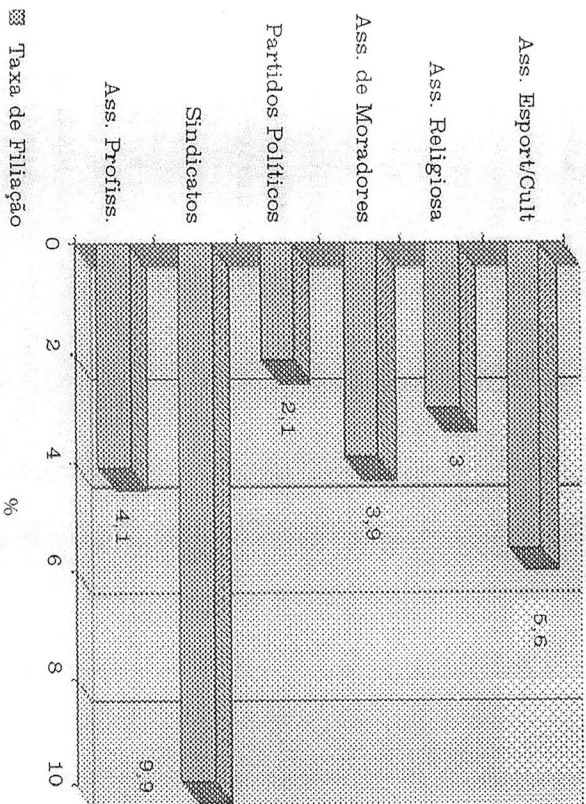
Como já assinalado, os níveis de associativismo no Estado do Rio de Janeiro não diferem substancialmente das médias nacional e regional. Entretanto, detalhando-se o tipo de entidade associativa e diferenciando-se os resultados por áreas geográficas, verifica-se que o comportamento desses indicadores revela elevado grau de heterogeneidade sócio-espacial. É o que mostram as informações obtidas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (que representa cerca de 80% da população do Estado), subdividida em nove áreas a partir dos dados da PNAD de 1988.

Pelo Gráfico 6, pode-se observar que, na área metropolitana como um todo, os sindicatos alcançam um maior nível de adesão da população de 18 anos ou mais (10%), sendo boa parte da adesão explicada pela força da estrutura sindical, imposta pela legislação oficial pós-Estado Novo¹. Outro mecanismo de incentivo à filiação sindical, como já visto, são os benefícios oferecidos por essas instituições (serviços jurídicos, médicos, recreativos, etc.).

As instituições ligadas às atividades esportivas e culturais formam o segundo principal conjunto de entidades com peso associativo (6%) na Região. Podem ser vistas como o contraponto à lógica associativa ligada ao universo trabalhista, enfatizando atividades ligadas ao lazer e às manifestações artísticas e culturais de domínio exclusivamente privado, civil, com esparsos vínculos com o Estado.

¹ Cf. Santos, 1979.

GRÁFICO 6
TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 OU MAIS)
A ENTIDADES DIVERSAS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988



Fonte: Suplemento PNAD/1988

A adesão a associações profissionais e de moradores (4%) corresponde à terceira força associativa da área. As associações profissionais enquadram-se como intermediárias entre as entidades de caráter sindical e as de conteúdo cultural, pois não se detêm na defesa dos interesses corporativos, como já assinalado, diversificando suas atividades e, em alguns casos, até mesmo priorizando a oferta de serviços (sociais, culturais e de lazer), de modo a conquistar um número maior de associados.

As associações de moradores ou de bairro atraem cerca de 4% da população adulta, o que não significa necessariamente um percentual desprezível, uma vez que o crescimento deste tipo de associativismo é recente. Com efeito, somente nas duas últimas décadas assistimos à

mobilização de parcelas significativas da população e da opinião pública em torno de temas relacionados com a qualidade de vida e equipamentos urbanos.

As associações religiosas (comunidades eclesiais, grupos de casais, jovens, etc.) congregam 3% da população adulta. Essas entidades, além do conteúdo eclesástico de suas atividades, desempenham algumas vezes um importante papel na defesa dos interesses de cidadania e de integração social, pelo desenvolvimento de atividades pedagógicas, assistenciais, intermediação de interesses junto ao Poder Público, defesa dos direitos humanos etc.

Finalmente, a filiação partidária (2%) é a mais reduzida dentre todas as formas de associativismo. Isto pode sinalizar a fraqueza ou ausência de uma cultura política, manifestada por uma crescente aversão a práticas ligadas à esfera política institucional. Entretanto, pode refletir, inversamente, o fracasso, ou mesmo a ausência de interesse, por parte dessas organizações, em criar mecanismos e atividades mais sedutoras voltadas para parcelas mais amplas da população, que revertessem o sentimento de desinteresse e aversão ao mundo da política.

2.1 FILIAÇÃO ÀS ENTIDADES

Os Gráficos 7 a 12 fornecem informações sobre o nível associativo para cada tipo de entidade, em nove áreas da Região Metropolitana. Utilizou-se a divisão administrativa da área metropolitana fluminense, considerando-se os municípios que a compõem e as regiões administrativas (RAs) do Município do Rio de Janeiro. Assim, desagregou-se a PNAD/88² segundo as seguintes unidades espaciais:

² Note-se que a divisão proposta, a partir dos dados da PNAD de 1988, não incorpora subdivisões municipais feitas posteriormente nos municípios de Nova Iguaçu e Magé.

- Zona Sul/Norte: R.As Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca, Tijuca e Vila Isabel.
- Centro/Subúrbio: R.As Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Paqueta, Santa Teresa, Ramos, Penha, Inhaúma, Meier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta e Pavuna.
- Zona Oeste: R.As Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Jacarepaguá.
- Niterói
- Nova Iguaçu
- Duque de Caxias
- São Gonçalo
- São João de Meriti e Nilópolis
- Municípios distantes: Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Itaboraí, Maricá e Magé.

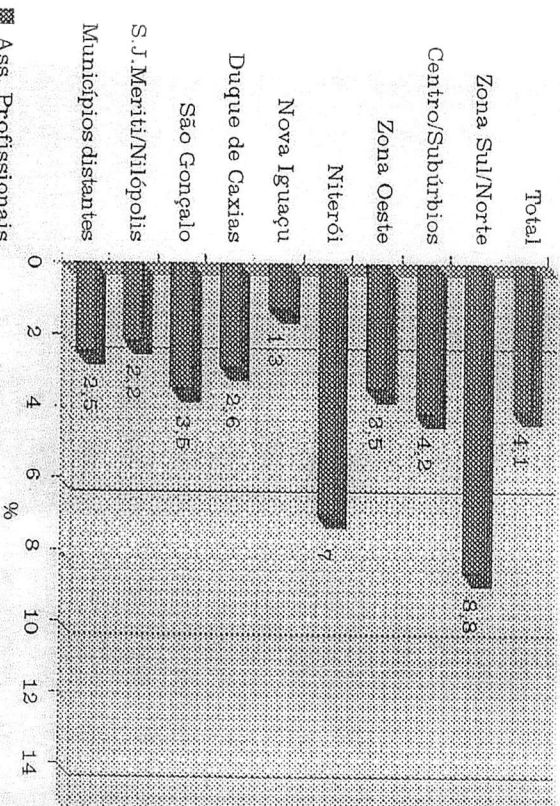
O gráfico 7 traz a taxa de filiação em associações profissionais por áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A Zona Sul/Norte e Niterói, cujos perfis de renda são bastante semelhantes, apresentam maiores índices de filiação; respectivamente, 8,6% e 7%, bem acima, da média (4,1%). As áreas que compreendem os municípios da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Duque de Caxias e S.J.Meriti/Nilópolis) e os municípios distantes são as que, contrariamente, possuem os menores índices, variando entre 1,3% e 2,9%.

Como já assinalado anteriormente, entre todas as formas associativas, as entidades sindicais possuem maior capacidade de mobilização. A distribuição das suas taxas de filiação pelas áreas da Região Metropolitana, no entanto, é similar à das associações profissionais, certamente pelo fato de ambas possuírem a mesma natureza corporativa (Gráfico 8). A Zona Sul/Norte possui a maior taxa (15,7%), seguida das áreas Centro/Subúrbios (11,3%), São Gonçalo (10,3%) e Niterói (10%). Mais uma vez, as menores taxas estão nos municípios que compõem a Baixada Fluminense, na Zona Oeste e nos municípios distantes.

Confirma-se, portanto, para o nível intrametropolitano, a relação entre participação, escolaridade e renda mencionada anteriormente.

Na direção oposta, os partidos políticos são as entidades com as menores taxas de participação (média de 2,1%). A variação é muito pequena entre as áreas (entre 1,5% e 4%), não permitindo maiores conclusões no nível intrametropolitano (Gráfico 9). Apesar disso, pode-se destacar que São Gonçalo e Niterói surpreendem, obtendo as maiores taxas de filiação partidária; respectivamente, 4% e 3,8%. Esses índices são provavelmente explicados pela forte presença do PDT nos dois municípios. No entanto, tal fato não se repete na Zona Oeste, outra grande base eleitoral do Partido, que possui uma taxa de filiação muito baixa (1,6%).

GRÁFICO 7
TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS)
EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988



■ Ass. Profissionais
Fonte: Suplemento PNAD/1988

GRÁFICO 8

TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS)
EM ENTIDADES SINDICAIS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO
DE JANEIRO - 1988

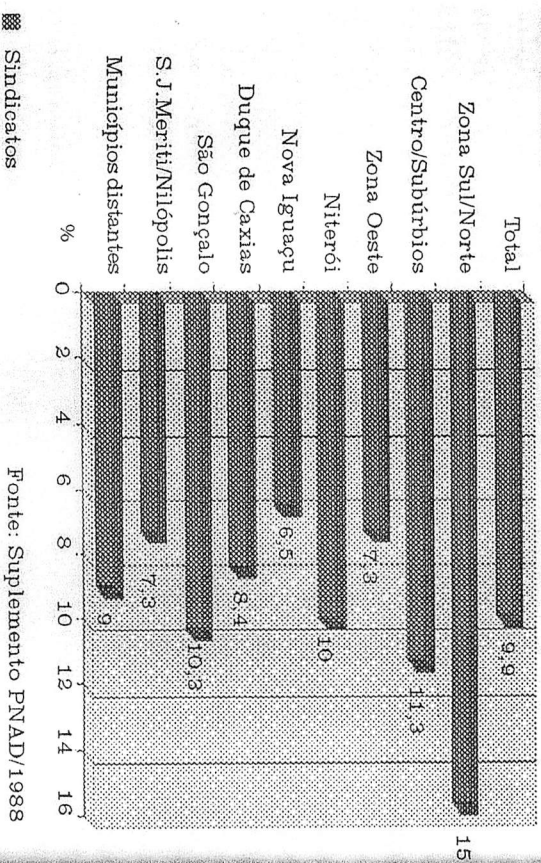
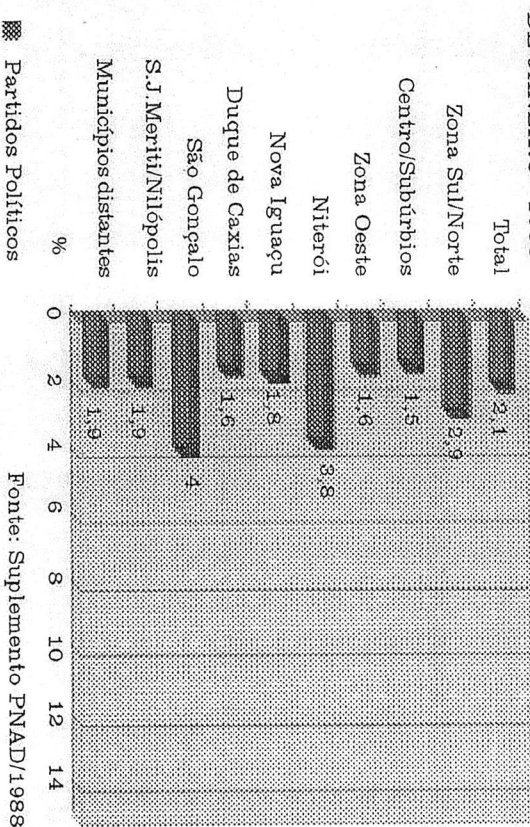


GRÁFICO 9

TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS)
EM PARTIDOS POLÍTICOS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO
DE JANEIRO - 1988



O gráfico 10 registra a distribuição das taxas de filiação às associações de bairro/moradores pelas áreas da Região Metropolitana. Há uma tendência inversa àquela observada para as entidades sindicais: áreas com nível de renda baixo mostram taxas de filiação altas. A correlação parece coerente, tendo em vista que, nessas áreas, existe um conjunto de carências urbanas que é objeto de reivindicação por parte das associações de moradores. Este parece ser o caso da Zona Oeste (7,3%), Nova Iguaçu (5,2%) e São João de Meriti/Nilópolis (4,4%). Por outro lado, nas áreas de maior concentração de renda, encontra-se menor quantidade de problemas, fato que desestimularia a organização dos moradores para demandar serviços do Poder Público. Pode ser a razão da Zona Sul/Norte apresentar a menor taxa de filiação de toda Região Metropolitana (1,7%). No entanto, existem exceções: Niterói, cujo perfil de renda é alto, apresenta a segunda maior taxa de filiação em associações de moradores (6,8%); enquanto que, inversamente, Duque de Caxias e São Gonçalo apresentam taxas bem abaixo da média, respectivamente, 2,4% e 2%.

O associativismo religioso (Gráfico 11) exige uma análise mais complexa. O questionário suplementar da PNAD/88 trouxe questões sobre a participação religiosa em dois campos distintos: o associativo, identificado pela filiação ou associação a uma entidade religiosa ou filantrópica, e o religioso, pela participação em encontros ou atividades da religião com a qual cada pessoa se identifica. Os resultados apresentados no estudo referem-se aos dados do campo associativo, ou seja, às pessoas que declararam ser filiadas ou associadas a uma entidade religiosa ou filantrópica. O fato de uma pessoa participar das atividades e encontros de uma determinada religião pode não ser suficiente para que se sinta filiada ou associada à mesma, tendo para isso que obedecer a critérios específicos de cada culto. Tudo indica que é essa a razão de os dados sobre o associativismo religioso apresentarem taxas de filiação muito reduzidas em todas as áreas da Região Me-

tropolitana do Rio de Janeiro. Exceção a ser destacada é o Município de Duque de Caxias, provavelmente pela atuação do bispo da diocese local da Igreja Católica, Dom Mauro Morelli, que, desde o início da década de 80, vem desenvolvendo um trabalho de popularização da Igreja através das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A distribuição da taxa de filiação pelas entidades esportivas e culturais nas áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Gráfico 12) mostra que a Zona Sul/Norte se destaca por ser a única que atinge um índice bem superior à média (11,4 % contra 5,6%). Esse fato pode ser explicado pela concentração de espaços culturais e esportivos na área, como evidenciado na segunda parte deste trabalho. A Zona Oeste (5,6%), o Centro/Subúrbio (4,8%), Nova Iguaçu (6,6%) e Niterói (4,2%) alcançam taxas de filiação próximas à média. Duque de Caxias e os municípios distantes destacam-se por apresentarem taxas de filiação relativamente baixas, respectivamente, 2,1% e 1,2%.

GRÁFICO 10

TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO/MORADORES, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988

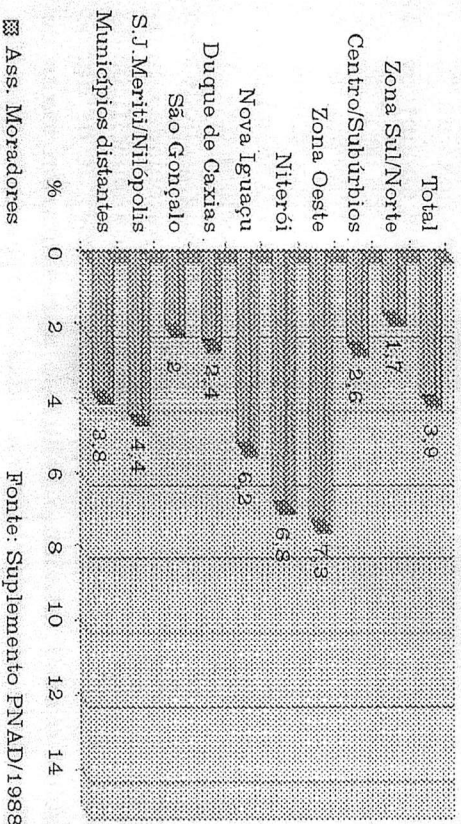


GRÁFICO 11

TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988

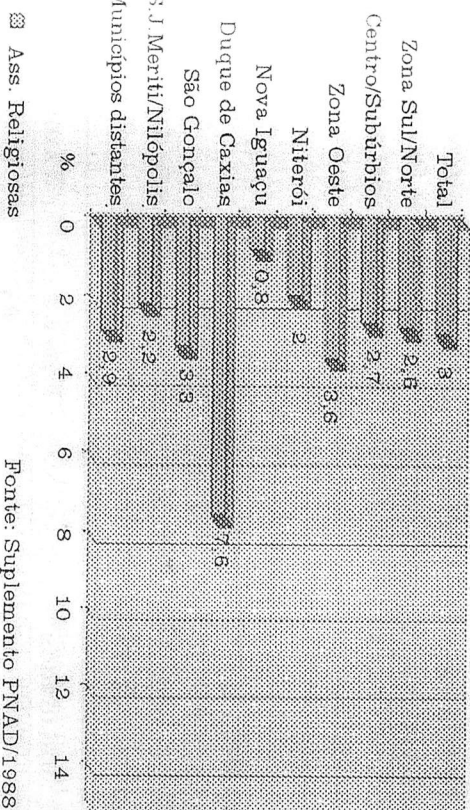
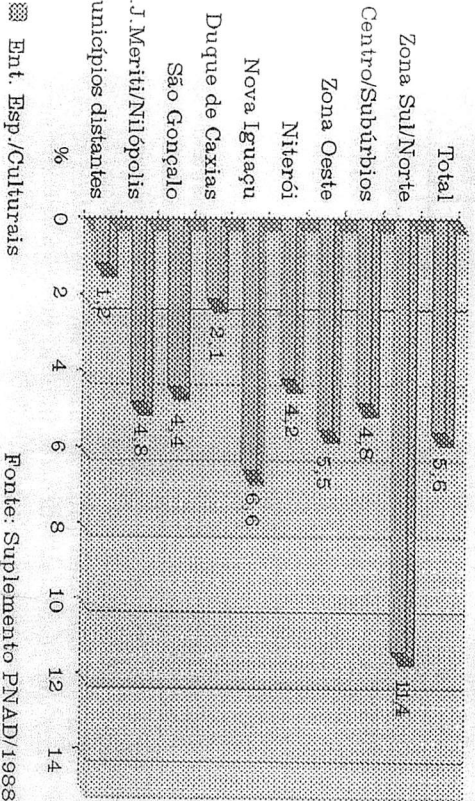


GRÁFICO 12

TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ENTIDADES ESPORTIVAS/CULTURAIS REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988



2.2 PADRÕES ASSOCIATIVOS

Além de analisar a distribuição das taxas de associativismo pelos respectivos tipos de entidades em cada área da Região Metropolitana, procurou-se também identificar a existência de um padrão geral de diferenciação associativa. Procedeu-se, para tanto, à análise fatorial dos indicadores de associativismo das áreas da Metrópole do Rio de Janeiro³. Os resultados são apresentados na tabela a seguir.

TABELA 2
ANÁLISE FATORIAL (VARIMAX ROTATION)
INDICADORES DE ASSOCIATIVISMO PARA ÁREAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Entidades	Fator 1	Fator 2
Ass. Profissionais	0.90	0
Sindicatos	0.88	0
Ass. Esport. / Culturais	0.77	0
Partidos Políticos	0.63	0
Ass. Moradores	0	-0.82
Ass. Religiosas	0	0.81

VARIÂNCIA EXPLICADA: VARIÂNCIA TOTAL = 71.64
FATOR 1 = 46.6
FATOR 2 = 25.0

- 3 A análise fatorial é uma técnica estatística cuja finalidade consiste em associar uma quantidade de variáveis a dimensões mais reduzidas, traduzidas em fatores. O objetivo é produzir o menor número de fatores que representem significativamente o máximo de indicadores trabalhados. Sua utilização neste estudo teve como objetivo produzir um quadro sintético dos indicadores de associativismo e sua distribuição pelas áreas da Metrópole Fluminense.

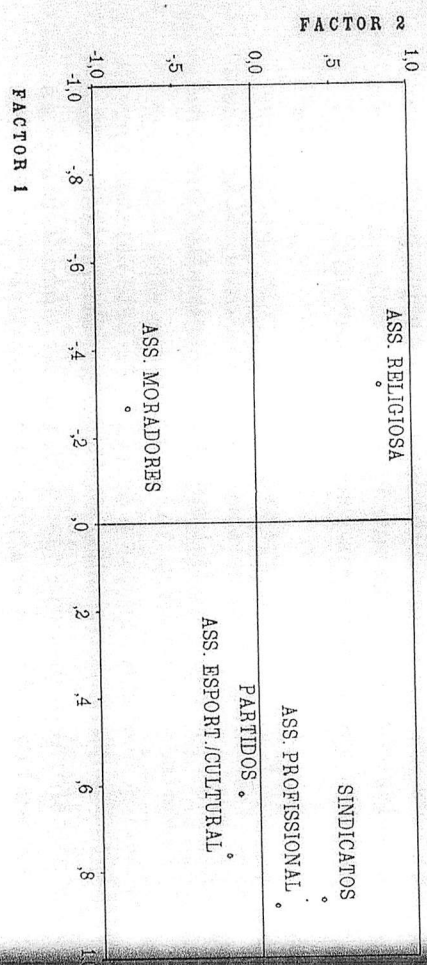
O resultado da análise produziu dois fatores a partir dos seis indicadores de associativismo presentes na PNAD. Os dois fatores permitem, através dos índices gerados, uma visualização gráfica onde as variáveis e as unidades espaciais são aproximadas ou distanciadas conforme sua afinidade. O primeiro fator pode ser interpretado como ligado aos associativismos corporativo, político e, ao mesmo tempo, de lazer, pois correlaciona-se positiva e fortemente (índice próximo a 1,0) com as taxas de filiação a associações profissionais (0.89), sindicatos (0.88), entidades esportivas e culturais (0.77), e menos intensamente com a participação partidária (0.63). Já o segundo fator é explicado principalmente por duas outras dimensões cíveis do associativismo: a comunitário-residencial (-0.82) e a religiosa (0.81), assinalando-se que essas duas dimensões opõem entre si as áreas metropolitanas. O gráfico 13 resume e visualiza a distribuição dos dois eixos associativos: de um lado a dimensão corporativa/política/cultural/lazer (fator 1); do outro a oposição entre a dimensão religiosa e a comunitária/residencial (fator 2).

Ao serem calculados escores para cada uma das áreas metropolitanas em relação aos dois fatores, chegou-se, então, ao padrão espacial sintético procurado, conforme apresentado no gráfico 14. Sobrepondo este gráfico ao anterior, observamos que a Zona Sul / Norte carioca apresenta escores positivos tão expressivos para o fator 1, que a transformam em um caso à parte. Aí, encontram-se as maiores taxas de associativismo corporativo, cultural/esportivo e político-partidário. Não por acaso, é o local onde

- 4 A variância total indica que os dois fatores explicam conjuntamente 72% da variação total dos indicadores pelas áreas, percentual expressivo, dando conta de mais da metade da variação de todos os indicadores introduzidos na análise. Em outras palavras, os fatores representam significativamente o conjunto das variáveis adotadas: o primeiro fator explica quase a metade da variação total (variância explicada 46,6%) e o fator 2, 25% desse mesmo total.

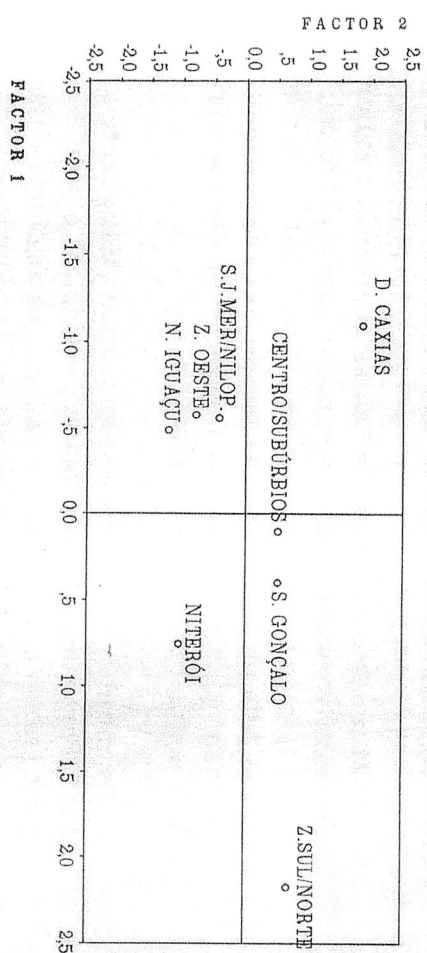
os níveis de rendimento, instrução e formalização do trabalho alcançam os maiores valores dentro da Região Metropolitana. O alto perfil associativo da Zona Sul/Norte poderia, nesse caso, ser interpretado como mais um indicativo da melhor qualidade de vida local, o que vale também para a significativa classe média assalariada que desfruta da proteção sindical, previdenciária e de segurança, além de condições específicas de lazer, tais como os clubes sociais, culturais e esportivos (a Zona Sul apresenta a maior taxa de filiação a entidades esportivas e culturais da Metrópole).

GRÁFICO 13
ANÁLISE FATORIAL (VARIMAX ROTATION)
ROTAÇÃO ESPACIAL DOS FATORES
INDICADORES ASSOCIATIVISMO - FM RJ



Fonte: Suplemento PNAD/1988

GRÁFICO 14
ANÁLISE FATORIAL (VARIMAX ROTATION)
ROTAÇÃO ESPACIAL DOS FATORES
INDICADORES ASSOCIATIVISMO - FM RJ



Fonte: Suplemento PNAD/1988

As áreas de Niterói, São Gonçalo, Centro/subúrbios cariocas também apresentam escores positivos para o fator 1, embora com valores mais reduzidos se confrontados aos da Zona Sul/Norte. Seriam áreas intermediárias entre a Zona Sul/Norte e as demais, com a exceção de Niterói, que alcança um escore mais próximo ao da Zona/ Sul e Norte, assemelhando-se a esta área quanto ao seu perfil sócio-demográfico.

A Zona Oeste, os municípios da Baixada Fluminense e da periferia distante receberam escores negativos quanto ao primeiro fator e formam um terceiro grupo para as áreas metropolitanas. Esta região, densamente povoada, detém amplos contingentes de população com baixa renda e instrução, apresentando mais fracos vínculos relativos com o mundo do trabalho formal, da previdência e da proteção social, o que certamente repercutiu nas suas taxas reduzidas de filiação corporativa.

O segundo fator, que explica a quarta parte da variação total, distingue as áreas metropolitanas segundo dois eixos opostos: o vínculo com entidades religiosas (escores positivos) por um lado, e com associações de bairro/moradores por outro (escores negativos).

O Município de Duque de Caxias apresenta o maior escore positivo, sendo a área com maior participação religiosa da Região Metropolitana (8%). O resultado, como já aventado, está provavelmente associado ao trabalho comunitário feito pela Igreja Católica nesse local, em especial junto à população de baixa renda.

Os municípios periféricos distantes (Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Magé, Itaboraí e Maricá) e o de São Gonçalo, junto aos subúrbios, Centro, zonas Norte e Sul cariocas, mantêm escores positivos mais reduzidos e próximos a zero, o que indica um comportamento próximo à média metropolitana, tanto em relação às associações religiosas, quanto às comunitárias-residenciais.

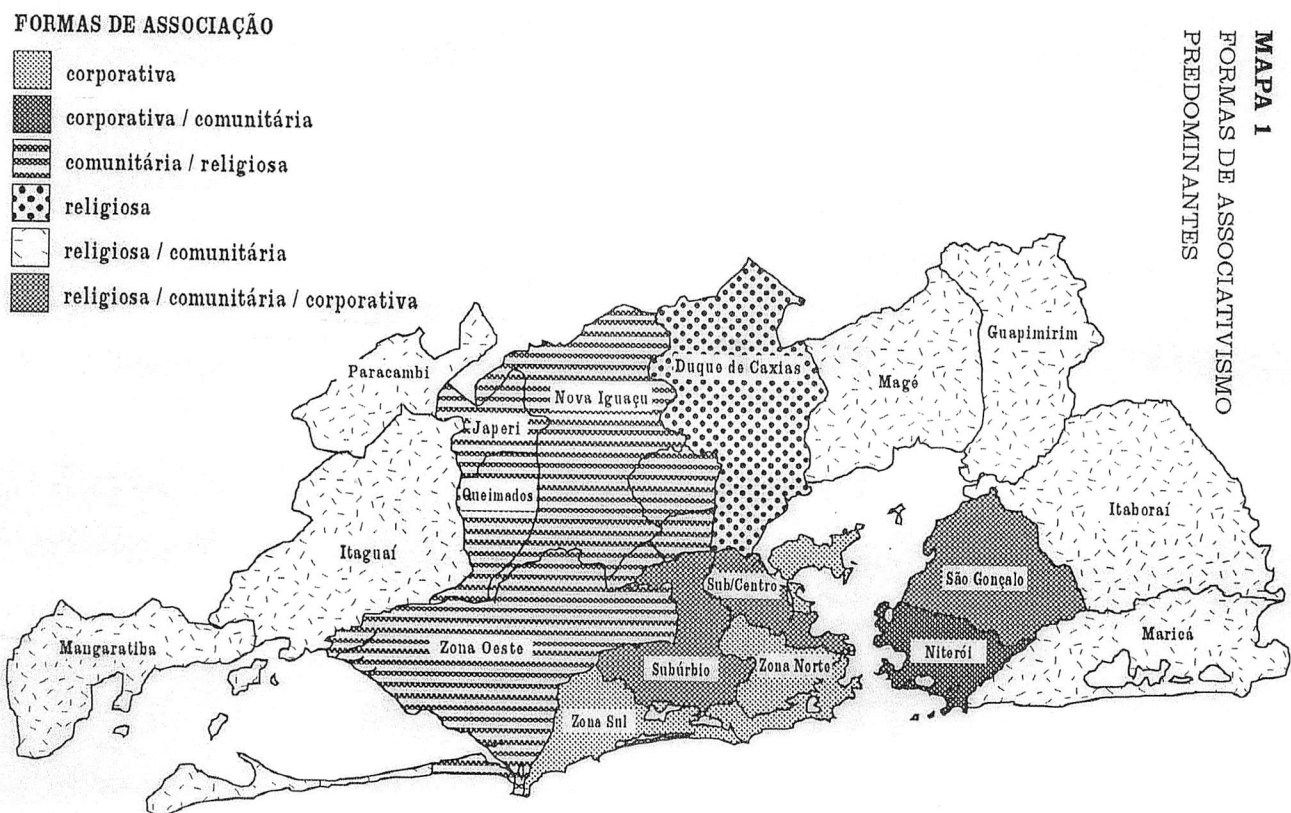
Já os municípios de Niterói e Nova Iguaçu, a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e, em menor escala, os municípios de São João de Meriti/Nilópolis, apresentam escores negativos, o que reflete o maior peso relativo das associações de moradores nessas áreas.

Embora não tão claramente quanto o primeiro fator, o segundo aponta para a importância que formas alternativas de associativismo (religioso e comunitárias-residenciais) assumem em regiões específicas, em particular em sua periferia. Essas organizações constituem portas de entrada para o exercício da cidadania junto a segmentos sociais marginalizados da Metrópole, mesmo que não homogeneamente, do ponto de vista geográfico.

A análise fatorial realizada também permite visualizar as formas associativas predominantes em cada área

da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conforme indicado no Mapa 1.

MAPA 1
FORMAS DE ASSOCIATIVISMO
PREDOMINANTES



CAPÍTULO 3
AS ENTIDADES
ASSOCIATIVAS
NA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO

AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Nesta parte do estudo, procedeu-se à identificação, quantificação, categorização e ao mapeamento das entidades da sociedade civil, de caráter público não-estatal e sem fins lucrativos do Município do Rio de Janeiro. Tais organizações são registradas na Secretaria da Receita Federal e classificadas segundo seu estatuto jurídico¹. Como este critério não leva em consideração a natureza e o perfil das instituições pesquisadas, não serve, portanto, aos propósitos deste trabalho. Deve-se ter claro, no entanto, que traçar tal perfil não é tarefa fácil. A história do voluntariado, do associativismo e da filantropia, bem como seu papel na sociedade, não foram objeto de atenção sistemática por parte da literatura especializada. A visibilidade social das organizações não-governamentais sem fins lucrativos, neste contexto de pouco interesse demonstrado pelo mundo intelectual, se dá "de modo fragmentado e descontínuo, à sombra de outras problemáticas onde o Estado e as relações público-privado têm sido objetos privilegiados" (Landim :1993,11).

O associativismo, enquanto campo de investigação, começa a ganhar importância a partir do regime militar (1964-1985). As mudanças nas relações entre Igreja e Estado, em razão do autoritarismo e da repressão política, fazem com que o clero católico passe a assumir posições cada vez mais progressistas e de oposição ao Governo, influenciando também a organização da sociedade civil na reivindicação dos direitos humanos. Vários partidos políticos de esquerda, por sua vez, elege-

¹ Os tipos de associação, segundo a Secretaria da Receita Federal, são os seguintes: Fundações, Entidades Religiosas, Sindicatos, Federações e Confederações.

ram o movimento popular e as suas organizações como espaço privilegiado de resistência. Ao mesmo tempo, a aceitação da urbanização provocada pelo *milagre econômico* provocou a crescente mobilização da população da periferia em torno da luta por melhoria das condições de vida. Portanto, verificaram-se, nesse período, transformações profundas no associativismo, cujas características podem ser sinteticamente resumidas como se segue:

I surge um grande número de associações civis, como demonstra a pesquisa de Santos (1991). Em São Paulo, com efeito, 68,2% das associações civis de todos os tipos foram fundadas entre 1970 e 1986 enquanto que, no Rio de Janeiro, 65% foram criadas entre 1971 e 1987. Além disso, chama atenção o fato de 90% das associações comunitárias nas duas cidades terem surgido entre os anos 1970 e 1986 e de 64% dos sindicatos terem sido criados no período de 1961 a 1988;

II ganham destaque as chamadas ONGs - Organizações não-governamentais -, como um "conjunto de entidades que veio se formando a partir dos anos 70, misturando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo, dentro de um quadro de crescente cooperação interna-cional não-governamental, ao qual se ligam" (Landim: 1993,33);

III assiste-se, assim, à "constituição de uma sociedade plural, afluente em movimentos de ação coletiva associados à constituição de novos grupos de interesse" (Santos: 1991,9).

Para os objetivos do presente trabalho, optou-se por uma tipologia que, embora ultrapasse a nomenclatura jurídica utilizada pela Secretaria da Receita Federal, não resolve as dificuldades conceituais inerentes a um campo de investigação de pouca tradição de pesquisa e em mutação. Identificamos as seguintes categorias de associa-

tivismo: (I) associações comunitárias, incorporando as associações de bairro/moradores e de favelas; (II) sindicatos, compreendendo os patronais e de trabalhadores; (III) as organizações não-governamentais - ONGs; (IV) entidades filantrópicas e assistenciais; (V) igrejas, templos e centros religiosos; (VI) entidades de lazer e cultura; (VII) cooperativas e (VIII) outras entidades, categoria composta por organizações feministas e de promoção da mulher, organizações de divulgação da cultura afro-brasileira, entidades de luta contra a discriminação aos homossexuais e grupos dedicados à ação contra a disseminação da AIDS e ao apoio às pessoas contaminadas pela doença.

Além disso, na análise da geografia do associativismo, utilizou-se, quando pertinente, a base territorial correspondente à divisão da Prefeitura em regiões administrativas (RAs). Para a identificação de tendências espaciais, agrupou-se as RAs em áreas da Cidade conforme a relação abaixo:

ZONA SUL: RAs Botafogo (IV), Copacabana (V), Lagoa (VI) e Barra da Tijuca (XXIV);

ZONA NORTE: RAs Rio Comprido (III), Tijuca (VIII), Vila Isabel (IX), Méier (XIII), Ilha do Governador (XX), Paqueta (XXI) e Santa Teresa (XXIII);

ZONA SUBÚRBIO DA LEOPOLDINA: RAs Portuária (I), Centro (II), São Cristóvão (VII), Ramos (X), Penha (XI), Inhaúma (XII), Irajá (XIV) e Jacarezinho (XXVIII);

ZONA SUBÚRBIO DA CENTRAL DO BRASIL: RAs Madureira (XV), Jacarepaguá (XVI), Anchieta (XXII) e Pavuna (XXV);

ZONA OESTE: RAs Bangu (XVII), Campo Grande (XVIII), Santa Cruz (XIX) e Guaratiba (XXVI).

3.1 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

O Município do Rio de Janeiro sempre foi palco de uma efervescente dinâmica sócio-política, entre outras razões, devido a sua importância no cenário nacional. Histo-

ricamente, a Cidade assistiu à emergência de uma grande diversidade de movimentos sociais (contra a discriminação racial, às mulheres, contra a carestia, movimento ecológico, entre tantos outros). Mas, ao final dos anos 70 e início dos 80, os movimentos populares urbanos foram os protagonistas das principais lutas sociais². Ocorreram, nesse período, grandes mobilizações de moradores demandando mais equipamentos e serviços públicos nos seus locais de moradia. O movimento de associações de favelas e de moradores ganhou expressão política na sociedade carioca.

A Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ - foi fundada no final dos anos 50, tendo por perspectiva a resistência à política de remoção e a luta pela urbanização das favelas. Sua organização formal abrange o conjunto do Estado, mas a força da sua representação reside no próprio Município do Rio de Janeiro. Tal concentração pode ser explicada pela importância que a favela teve, historicamente, no Rio de Janeiro, como objeto de disputa do sistema político carioca e como centro de criação cultural. Nos outros municípios do Estado, além de as favelas expressarem a história recente da urbanização fluminense, a dicotomia *favela versus asfalto* não se produziu nas representações sociais. Por essa razão, fora da Cidade do Rio de Janeiro, a maioria das associações de moradores de favelas está filiada às diversas federações de associações de moradores existentes em cada localidade. Dessa forma, apesar de existirem formalmente federações de associações de favelas em 28 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a maioria das associações filiadas à FAFERJ³ está localizada na Capital. Das 273 associações de favelas identificadas no Município do Rio de Janeiro (Tabela 3 e Mapa 2), a maior parte

concentra-se na área do Subúrbio da Central (90), seguida pelos bairros da Zona Norte (88). Apesar da grande quantidade de favelas existente na Zona Sul, encontramos apenas 32 associações organizadas nessa área da Cidade. Na Zona Oeste, diferentemente das associações de moradores, que são muito fortes, as associações de favelas são quase inexpressivas. A análise mostra ainda que as associações de favelas estão mais organizadas nas RAs de Jacarepaguá e Madureira (Área Subúrbio da Central), Barra da Tijuca (Zona Sul) e Méier (Zona Norte).

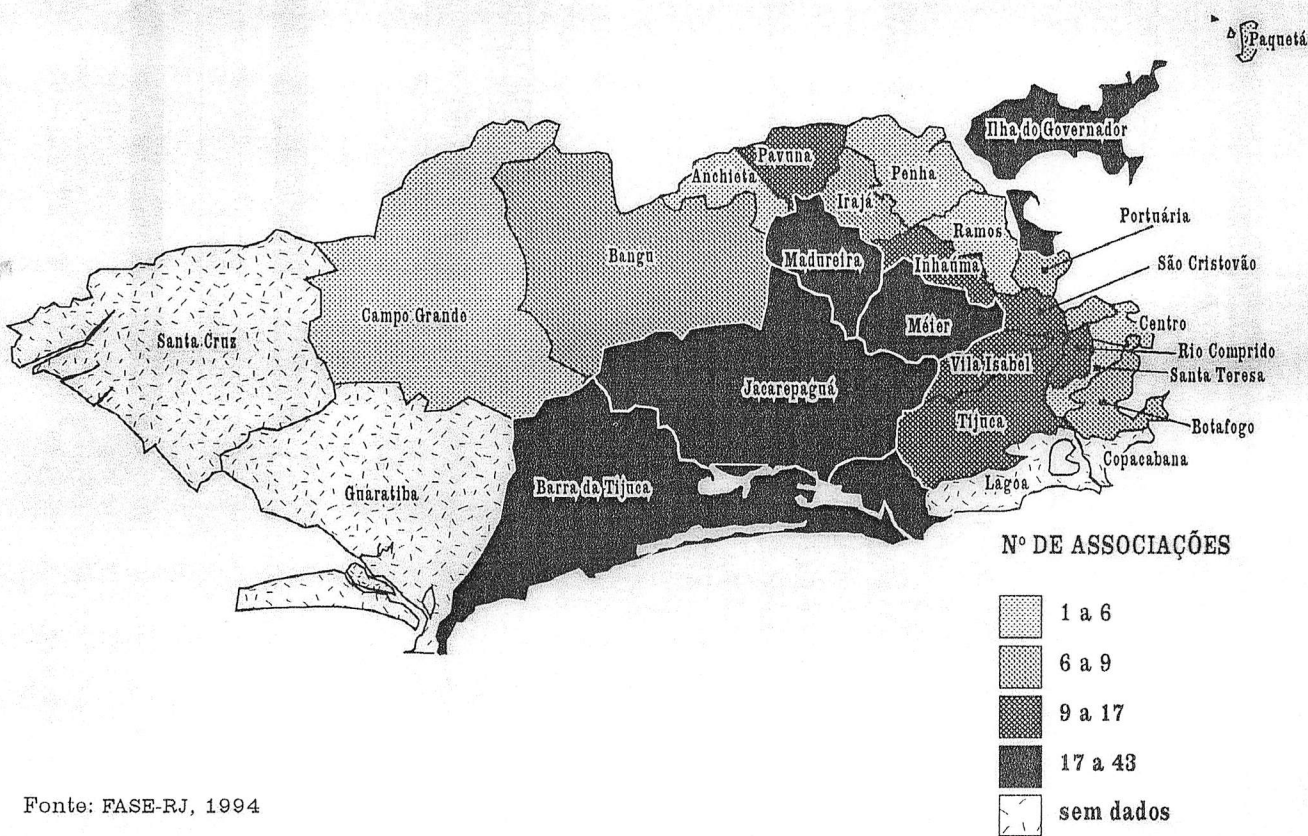
TABELA 3
ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS DA CIDADE - RJ, 1995
(AO LADO)

RAS ZONA SUL		OCCORRÊNCIAS
IV BOTAFOCO		8
XXIV BARRA DA TIJUCA		24
TOTAL		32
RAS ZONA NORTE		
III RIO COMPRIDO		13
VIII TIJUCA		10
IX VILA ISABEL		10
XIII MÉIER		29
XX ILHA DO GOVERNADOR		19
XXI PAQUETÁ		1
XXIII SANTA TERESA		6
TOTAL		88
RAS ZONA SUBÚRBIO DA LEOPOLDINA		
I PORTUÁRIA		9
II CENTRO		1
VII SÃO CRISTOVÃO		13
X RAMOS		6
XI PENHA		2
XII INHAÚMA		16
XIV ITAÚÁ		7
XXVIII JACAREZINHO		1
TOTAL		55
RAS ZONA SUBÚRBIO DA CENTRAL DO BRASIL		
XV MADUREIRA		30
XVI JACAREPAGUÁ		43
XXII ANCHIEITA		4
XXV PAVUNA		13
TOTAL		90
RAS ZONA OESTE		
XVII BANGU		7
XVIII CAMPO GRANDE		1
TOTAL		8
TOTAL GERAL		273

2 Ver, entre outros Boshi (org.), 1983; Sader, 1988 e Diniz, 1981.
3 A FAFERJ não informou quais municípios possuem federações municipais, nem a quantidade de associações de favelas por município. Os dados utilizados neste estudo foram fornecidos pela FASE/RJ.

MAPA 2

ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: FASE-RJ, 1994

A FAFERJ marcou fortemente o cenário político do Município, até 1983. A partir daí, a entidade começa a perder a legitimidade alcançada nos anos 70 e a sua capacidade de mobilização. Entre as razões para tal eclipse, está a cooptação de suas lideranças por políticos populistas e também a ação dos grupos ligados ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

Em janeiro de 1978, foi fundada a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ⁴. Em 1983, já eram 150 as associações a ela filiadas. Sua estruturação está fundada em federações municipais, mas, no Município do Rio de Janeiro, a representante do movimento associativo era a própria FAMERJ.

A força associativa da FAMERJ pode ser constatada, entre outros fatos, pela vitória obtida na luta dos mutuários contra os aumentos das prestações da casa própria comprada através do BNH - Banco Nacional de Habitação; pelo prestígio adquirido pelo seu ex-presidente, Jô Resende, que se tornou vice-prefeito em 1986; pela constituição, no Governo Saturnino Braga (1986), dos Conselhos Governo-Comunidade, compostos por representantes das administrações regionais e das associações de moradores, e pela criação do Núcleo de Regularização dos Loteamentos, em 1983.

Com base em dados já disponíveis de outras pesquisas⁵, o movimento de associações de moradores na década de 80 apresentava as seguintes características:

4 Para uma análise da história de fundação e trajetória da FAMERJ, ver Grazia, 1993.

5 Ver Pereira Júnior e Heringer (mimeo), maio de 1990. A pesquisa não incorpora informações relativas à organização dos moradores de favelas.

I até 1983, ocorreu uma expansão das organizações de associações de bairros; nesse período, foi fundada a maior parte (63%) das entidades comunitárias, diminuindo, desde então, o ímpeto organizativo;

II na sua maioria, as associações de moradores - AMs - surgiram por iniciativa direta e autônoma dos moradores, tendo por finalidade conseguir melhorias urbanas para os seus bairros, com pouca ou nenhuma intermediação da estrutura político-parlamentar;

III a capacidade de mobilização real das associações pode ser avaliada pelo fato de as AMs se manterem principalmente através de mensalidades pagas por seus membros (80% das AMs), e de mais da metade possuir sede (26% própria, 25,5% emprestada e 3,5% alugada). A maioria (66%), no entanto, promovia a reunião dos seus filiados em espaços cedidos (escolas, igrejas, casa de diretores e moradores), muito provavelmente porque as sedes eram pequenas demais para a realização desses eventos;

IV possuindo frágil estrutura financeira e organizacional, a maioria das AMs (65%) não editava nenhuma publicação (folhetos, informativos, jornais, etc.), enquanto que 34% o faziam apenas ocasionalmente;

V a base social das AMs era bastante representativa, pois a maioria (40%) possuía mais de 300 associados, 17%, entre 200 e 300, 22%, de 100 a 200, e as restantes 14%, até 100;

VI a mobilização e a participação dos moradores variava entre vinte e mais de cem pessoas por reunião, segundo a comunidade, o momento e a luta que estava sendo desenvolvida. No entanto, a atuação mais direta e cotidiana era restrita a um pequeno número. Em 60% das AMs atuavam até dez pessoas, em 21%, de dez a vinte, e, em apenas 19%, mais de vinte. É preciso levar em

conta, todavia, que as reuniões com a comunidade se realizavam com uma periodicidade igual ou superior a uma vez por mês em 57% das AMs, enquanto que, em 24%, as reuniões eram semanais ou quinzenais;

VII as diretorias das AMs tinham como composição majoritária o seguinte perfil: homens (64% contra 35% de mulheres), brancos (51% contra 9,5% de negros), com mais de 40 anos de idade (48% contra apenas 17% entre 20 e 30 anos), com 2º grau completo (48%), profissionais liberais (15%), inativos (14%) e donas de casa (12%), e ganhando uma renda mensal de até três salários mínimos (22%, embora 33% não possuíssem rendimento). Esses dados caracterizavam o movimento de moradores na Cidade do Rio de Janeiro como dirigido centralmente por representantes de segmentos da classe média baixa;

VIII no ano de 1988, as AMs tiveram como lutas prioritárias as reivindicações por saneamento básico (20%), educação e creche (15%), transporte (13%) e infra-estrutura (12%). As formas de luta eram bastante diversificadas, compreendendo manifestações de rua (38%), oficinas e abaixo-assinados (24%), encontros com órgãos do Governo (20%), reuniões e debates (18%).

Atualmente, a FAMERJ filia 1.726 associações de moradores no Estado do Rio de Janeiro (Tabela 4). A maior parte delas (63,67%) concentra-se na Região Metropolitana, mas na Capital também encontra-se um percentual significativo de entidades (24,33%), distribuídas pela cidade conforme o Mapa 3. Por mais paradoxal que possa parecer, a organização das federações nos municípios é uma das possíveis explicações para o crescimento das associações de moradores. Tal hipótese é reforçada quando verificamos que, nas cidades onde não existem federações, é baixo o número de associações criadas, como é o caso de Nilópolis e de Paracambi (Tabela 5).

TABELA 4
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES FILIADAS À FAMERJ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REGIÃO METROPOLITANA E NA CAPITAL - RJ, 1994

ESTADO		RMRJ		RIO DE JANEIRO	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1726	100	1099	63,67	421	24,33

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1994.

TABELA 5
FEDERAÇÕES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - RJ, 1994*

MUNICÍPIO	FEDERAÇÃO MUNICIPAL	Nº DE ASSOCIAÇÕES FILIADAS
NOVA IGUAÇU	MAB-FED. DAS A.M. DE NOVA IGUAÇU	139
SÃO GONÇALO	UNIBAIRROS-UNIÃO DAS A.M. DE SÃO GONÇALO	131
DUQUE DE CAXIAS	MUB-FED. DAS A. DE BAIRROS DE DUQUE DE CAXIAS	95
BELOFORD ROXO	FEMAB-FED. DAS A. DE BAIRROS DE BELOFORD ROXO	91
NITEROI	FANIT-FED. DAS A.M. DE NITEROI	87
ITABORAI	FAMI-FED. DAS A.M. DE ITABORAI	45
SÃO JOÃO DE MERITI	ABM-FED. DAS A.M. DE SÃO JOÃO DE MERITI	40
MAGÉ	COMAMEA-CONSELHO MUNICIPAL DAS A.M. DE MAGÉ	32
ITAGUAI	FRAMI-FED. DAS A.M. DE ITAGUAI	SEM INFORMAÇÕES
JAPERI	FED. DAS A.M. URB. E RURAIS DE JAPERI E ENGENHEIRO PEDREIRA	SEM INFORMAÇÕES
MARICA	FAMMA-FED. DAS A.M. DE MARICA	SEM INFORMAÇÕES
QUEMADOS	FEMANQ-FED. MUNICIPAL DAS A.M. DE QUEMADOS	16
NILOPOLIS	NÃO TEM FEDERAÇÃO	2
PARACAMBI	NÃO TEM FEDERAÇÃO	2
MANGARATIBA	NÃO TEM FEDERAÇÃO	SEM INFORMAÇÕES

* Exceto o Município do Rio de Janeiro
Fonte: FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, 1994

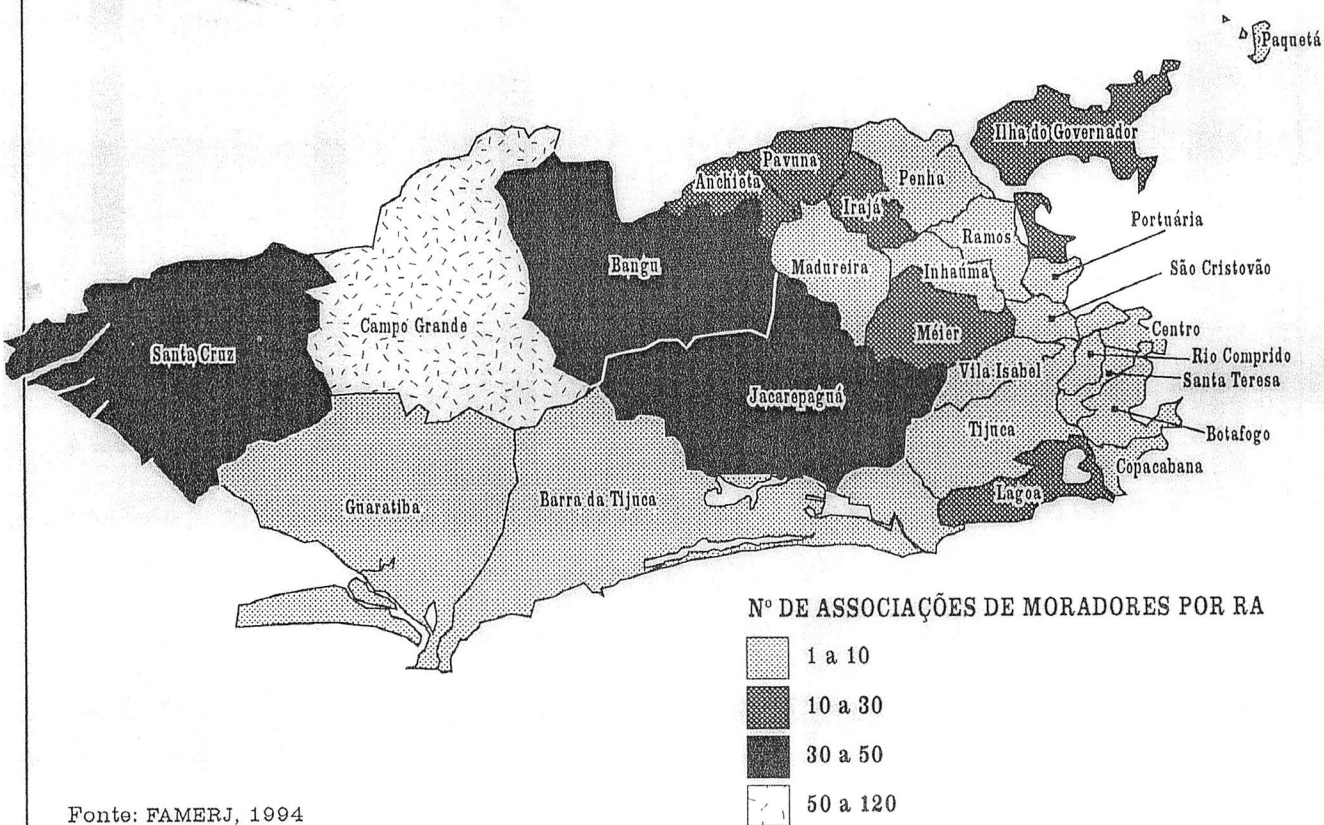
A organização das associações de moradores no Município do Rio de Janeiro não é homogênea por todas as áreas da Cidade. A Tabela 6 e mapa 2 mostram que as associações de moradores estão mais organizadas nas regiões administrativas que compõem a Zona Oeste.

TABELA 6
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS DA CIDADE, 1994.
(AO LADO)

RAS ZONA SUL		OCCORRÊNCIAS
IV BOTAFOGO		10
V COPACABANA		6
VI LAGOA		12
XXIV BARRA DA TIJUCA		9
TOTAL		37
RAS ZONA NORTE		
III RIO COMPRIDO		4
VIII TIJUCA		4
IX VILA ISABEL		5
XIII MÉIER		14
XX LHA DO GOVERNADOR		18
XXI PAQUETÁ		1
XXIII SANTA TERESA		3
TOTAL		49
RAS ZONA SUBÚRBIO DA LOPOLITANA		
I PORTUÁRIA		4
II CENTRO		5
VII SÃO CRISTOVÃO		3
X RAMOS		6
XI PENHA		7
XII INHAÚMA		6
XIV IRACJÁ		12
TOTAL		43
RAS ZONA SUBÚRBIO DA CENTRAL DO BRASIL		
XV MADUREIRA		10
XVI JACAREPAQUÁ		38
XXII ANCHIETA		12
TOTAL		60
RAS ZONA OESTE		
XVII BANGU		37
XIX SANTA CRUZ		50
XXVIII CAMPO GRANDE		118
XXVI GUARATIBA		2
TOTAL		207
TOTAL GERAL		396

Fonte: FAMERJ, 1994

MAPA 3
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES POR RA - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: FAMERJ, 1994

No final da década de 80, o movimento de associações de moradores começou a viver um período de desintegração e desmobilização. Uma das explicações mais correntes sobre esse desenso assinala que os movimentos populares - constituídos no período autoritário, em que o Estado era o inimigo a ser combatido - não conseguiram construir um projeto político, e uma nova identidade, diante da conjuntura democrática. Tornava-se necessária uma nova visão, mais complexa, das relações entre o Estado e a sociedade (Grazia: 1990).

A percepção da crise pelos dirigentes do movimento associativo comunitário levou à criação, em 1992, da FAM-Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - e da FEMAFARJ - Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro -, visando a descentralizar a organização das federações nesse Município e, desta forma, revigorar sua capacidade de mobilização. A FAM-Rio passou a funcionar na sede da FAMERJ, mas não se viabilizou, ainda, enquanto entidade representativa do movimento comunitário do Município do Rio de Janeiro. De fato, é a FAMERJ que continua a exercer esse papel. A FEMAFARJ, mais conhecida como FAF-Rio, foi fundada por 162 comunidades faveladas e, a partir de então, vem assumindo cada vez mais um papel de destaque na atuação junto às associações de favelas no Município. Hoje, a FAF-Rio filia 273 associações⁶, o que representa 44,39 % das organizações de favelas existentes.

Não obstante a tentativa das estruturas de direção de aproximar-se de suas bases, a descentralização da FAMERJ e da FAFERJ foi empreendida já em um momento considerado de fragilização das duas instituições, o que dificulta delinear a perspectiva desse formato de organização. Como alguns dos seus principais problemas, apon-

⁶ Segundo a FAF-Rio, existem 615 favelas no Município do Rio de Janeiro.

tam-se a burocratização e a cooptação político-partidária das lideranças populares.

Nesse quadro de crise, a tendência que mais cresce no interior do associativismo busca superar o corporativismo intrínseco à organização por bairro. Vêm surgindo novos formatos organizativos, cuja principal característica é a tentativa de mobilização da população em torno de políticas públicas mais globais para a Cidade. Nesse sentido, vale destacar o aparecimento da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, do Fórum Popular de Reforma Urbana e do movimento Viva Rio. Trata-se da busca de constituição de redes, com a participação de múltiplas entidades, inclusive de organizações não-governamentais - ONGs. Ao mesmo tempo, os indícios de crise devem também ser analisados no contexto das transformações emergentes da sociedade brasileira, cujos traços marcantes são a crescente fragmentação do tecido social e a intensificação da pobreza metropolitana.

3.2. SINDICATOS

A identificação, a classificação e o mapeamento das entidades sindicais foram realizados a partir de três fontes de dados: a Pesquisa Sindical do IBGE/1991, o cadastro do TRT/RJ - Tribunal Regional do Trabalho - e o cadastro das centrais sindicais: CUT - Central Única dos Trabalhadores -, Força Sindical e CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores. Segundo o IBGE, existem no Brasil 10.705 sindicatos, classificados conforme mostra a Tabela 15. Desse, a maior parte concentra-se nas categorias empregados (33,1%), trabalhadores rurais (27,1%), empregadores (15,9%) e empregadores rurais (14,4%). Da mesma forma, essas categorias concentram a maioria dos sindicatos em São Paulo e no Rio de Janeiro. No entanto, há que se considerar que, por seu perfil urbano e de centro de serviços, o Rio de Janeiro mostra uma proporção de sindicatos rurais (5,6% na categoria trabalhadores e 6,8% na de empregadores) bem

menor do que a média nacional e de São Paulo e, em contraposição, uma importante representação na categoria profissionais liberais, possuindo uma média superior à nacional (5,3% contra 3,5%).

Em relação ao período de fundação, percebe-se que a maioria dos sindicatos no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo foi fundada a partir da década de 40, sendo que, nacionalmente, identifica-se um grande crescimento da organização sindical no período entre 1970 e 1990. Portanto, pode-se afirmar que a organização sindical, fora do eixo Rio-São Paulo é bastante recente (Gráfico 16).

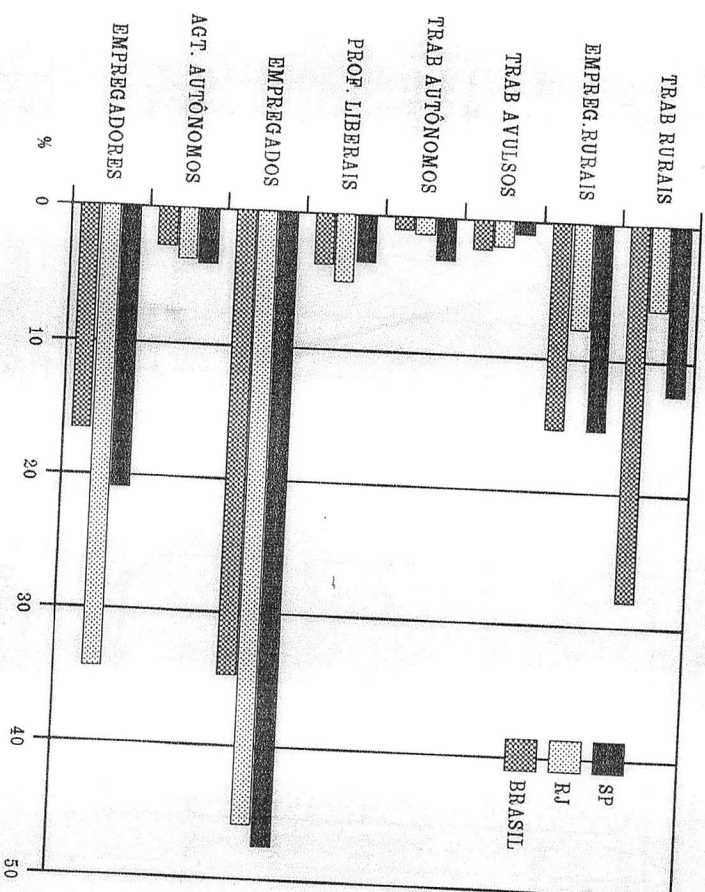
Contabilizando-se os sindicatos patronais por grandes grupos econômicos (Gráfico 17), tem-se o seguinte quadro: no Brasil existem 3.537 sindicatos patronais concentrados nas categorias empregadores rurais (43,5%), indústria (23,6%), comércio (21,6%) e transportes terrestres (7,8%). Em São Paulo, a maioria dos 557 sindicatos patronais também está na categoria empregadores rurais (38,2%), seguido das categorias comércio (26,2%), indústria (22,8%) e transportes terrestres (9,7%). Já no Rio de Janeiro, o número de sindicatos de empregadores rurais não é tão expressivo, confirmando o perfil urbano do Estado. Eles são 16% dos sindicatos patronais, vindo atrás dos sindicatos ligados à indústria (37,1%), ao comércio (30,1%) e na frente dos ligados a transportes terrestres (7,4%). No total, existem 256 sindicatos patronais no Estado do Rio de Janeiro.

O número de sindicatos de trabalhadores totaliza 7.168 no plano nacional. Sua distribuição por grandes grupos econômicos (Gráfico 18 e Tabela 8) é similar à dos sindicatos patronais apenas para as três maiores categorias: agricultura (40,5%), indústria (21,8%) e comércio (13%). É significativo o número de sindicatos nas categorias servidores públicos (5,5%) e profissionais liberais (5,2%). São Paulo concentra 907 sindicatos de trabalhado-

res, representando mais de 10% do total nacional; no Rio de Janeiro esse número é de 34,7. A maior parte dos sindicatos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, está ligada à indústria (36,9% e 30,5%, respectivamente). O segundo grupo profissional que concentra mais sindicatos é agricultura, em São Paulo (19,5%), e comércio, no Rio de Janeiro (18,2%). No Rio de Janeiro, além desse grupo profissional, é expressivo o número de sindicatos no setor da agricultura (9,8%), de profissionais liberais (9,2%) e de transportes marítimos, fluviais e aéreos (8,6%).

Quando analisa-se o tamanho das entidades, tendo por base o número de associados (Gráfico 19), verifica-se que existe uma grande quantidade de sindicatos de pequeno porte (até 50 associados) no Brasil (11,7%) e, principalmente, no Rio de Janeiro (19,6%). No entanto, são os sindicatos de médio porte (101 a 500 associados) que predominam nacionalmente (29,9%), no Rio de Janeiro (24,2%) e em São Paulo (33,7%), sendo significativos também aqueles que possuem entre 501 a 1.000 (média de 14,6%), entre 1.001 a 2.000 (média de 13,9%) e entre 2.001 a 5.000 associados (média de 14,6%). Os sindicatos organizados no Rio de Janeiro seguem a mesma tendência nacional para as três faixas analisadas (14,1%, 10,3% e 13,9%, respectivamente).

GRÁFICO 15
SINDICATOS POR TIPO / BRASIL, RJ, SP, 1991



	TOTAL	EMPREGADORES	AGENTES AUTÔNOMOS	EMPREGADOS	PROF. LIBERAIS	TRAB. AUTÔNOMOS	TRAB. AVULSOS	EMPREGADORES RURAIS	TRAB. RURAIS
BRASIL	10705	1705	292	3547	376	102	238	1540	2905
RJ	603	195	20	264	32	7	10	41	34
SP 1	464	289	55	663	47	6	14	213	177

GRÁFICO 16
SINDICATOS POR PERÍODO DE FUNDAÇÃO
BRASIL, RJ, SP, 1991

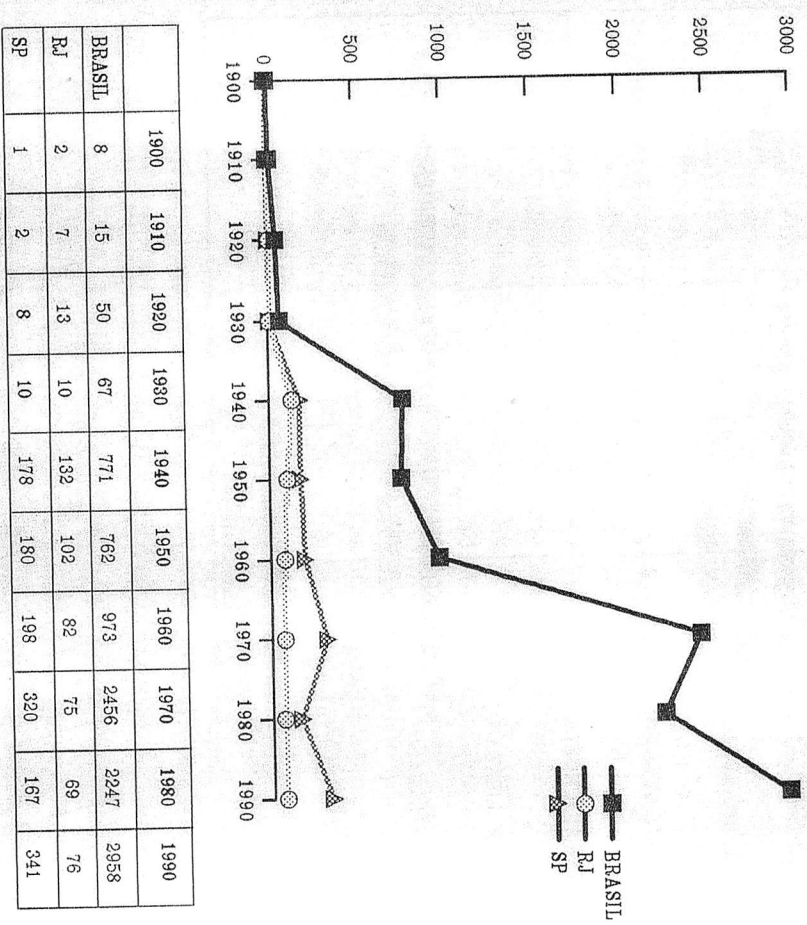
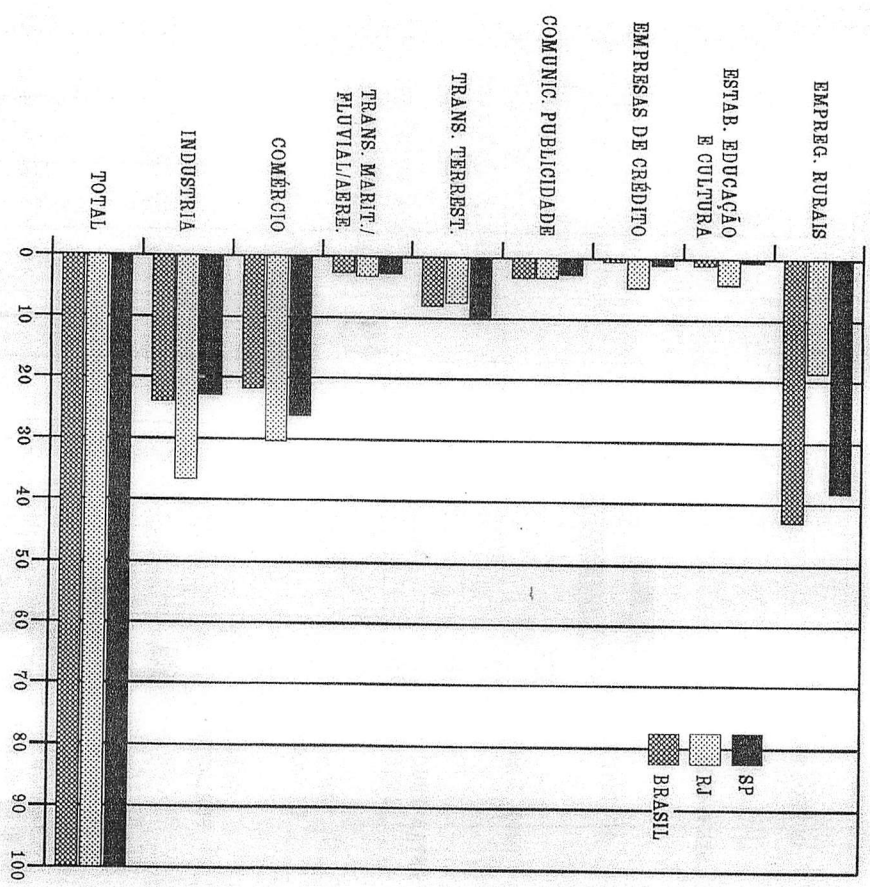


GRÁFICO 17
SINDICATOS PATRONAIS
POR GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS - BRASIL, RJ, SP, 1991



	TOTAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	TRANS. MARIT. FLUVIAIS AEROS	TRANS. TERRESTRES	COMUNIC. / PUBLICIDADE	EMPRESAS DE CRÉDITO	ESTAB. EDUCAÇÃO E CULTURA	EMPREGADOR. RURAIS
BRASIL	3.537	833	765	16	275	23	38	47	1.540
RJ	236	95	77	5	19	2	6	11	41
SP	557	127	146	2	54	3	7	5	213

Fonte: IBGE/Pesquisa Sindical/1991

GRÁFICO 18
SINDICATOS DE TRABALHADORES
POR GRANDES GRUPOS PROFISSIONAIS - BRASIL, RJ, SP, 1991

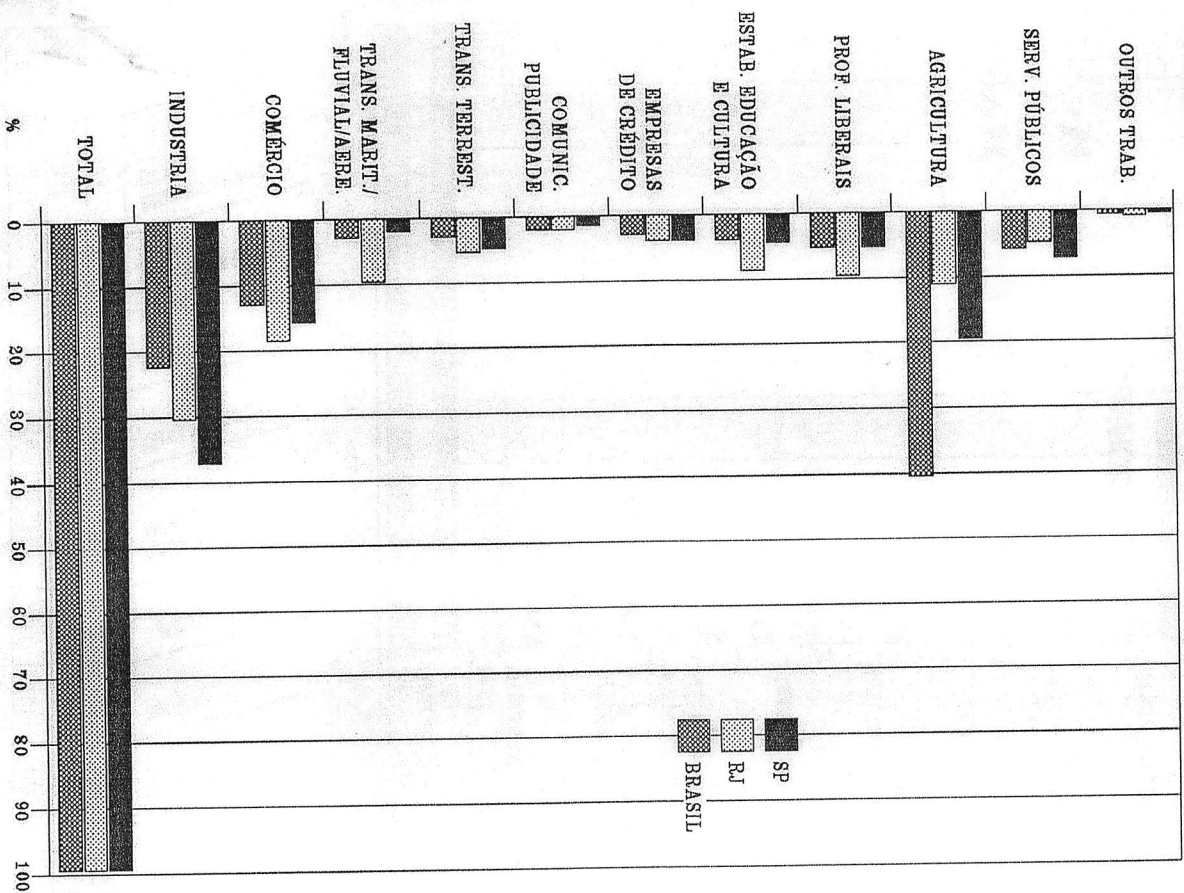
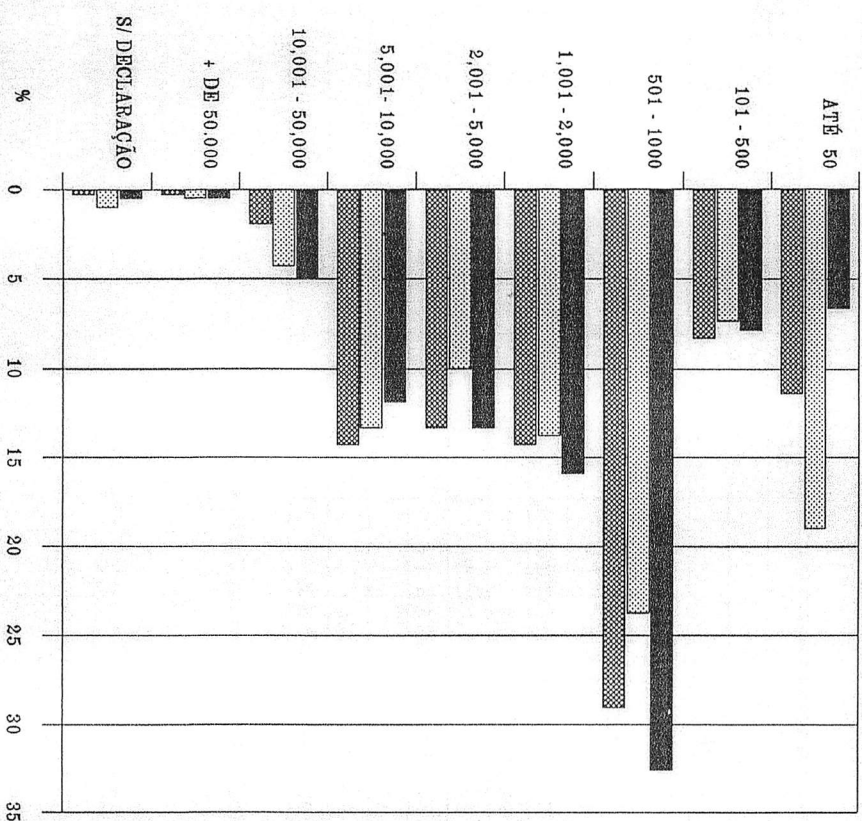


TABELA 7
SINDICATOS DE TRABALHADORES
POR GRANDES GRUPOS PROFISSIONAIS - BRASIL, RJ, SP, 1991

	BRASIL	RJ	SP
TOTAL	7168	347	907
INDÚSTRIA	1.562	106	335
COMÉRCIO	932	63	140
TRANS. MARIT/ FLUVIAIS AÉREOS	199	30	16
TRANS. TERRESTRES	193	17	42
COMUNICAÇÕES / PUBLICIDADE	127	7	13
EMPRESAS DE CRÉDITO	207	12	33
ESTAB. EDUCAÇÃO E CULTURA	254	28	38
PROFISSIONAIS LIBERAIS	376	32	47
AGRICULTURA	2.905	34	177
SERVIDORES PÚBLICOS	393	15	64
OUTROS TRABALHADORES	20	3	2

Fonte: IBGE/Pesquisa Sindical/1991

GRÁFICO 19
SINDICATOS POR Nº DE ASSOCIADOS - BRASIL, RJ, SP, 1991



Fonte: IBGE/ Pesquisa Sindical/1991

	Total	Até 50	51 - 100	101 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 50.000	Mais de 50.000	Sem declaração
BRASIL	10.705	1.254	911	3.197	1.527	1.493	1.563	488	203	9	20
RJ	603	118	46	146	85	62	84	26	28	2	6
SP	1.454	100	119	494	241	200	180	76	45	5	4

Fonte: IBGE/ Pesquisa Sindical/1991

Segundo o cadastro do Tribunal Regional do Trabalho - TRT/RJ -, existem 465 sindicatos de trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro⁷. Destes, 39,14% (182) estão no Município do Rio de Janeiro, enquanto que 26,02% (121) estão na Região Metropolitana (excetuando-se a Capital) e 34,84% (162) nos demais municípios do Estado. Percebe-se, portanto, que a organização dos sindicatos se estende por todo o Estado, como pode ser observado através da Tabela 8 e do Gráfico 15.

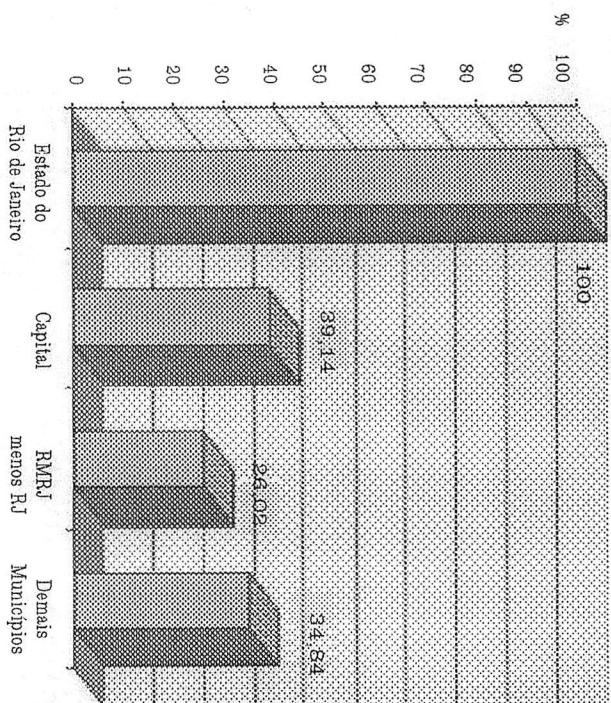
TABELA 8
SINDICATOS DE TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	Nº DE SINDICATOS
ANGRA DOS REIS	8
BARRA DO PIRAÍ	7
BARRA MANSA	8
BELOFORD ROXO	1
BOM JARDIM	1
CABO FRIO	2
CAMPOS	35
CANTAGALO	1
CORDEIRO	1
DUQUE DE CAXIAS	24
GUAPIMIRIM	2
ITABORAÍ	5
ITAPERUNA	4
ITATIARA	1
MAGÉ	8
MARICÁ	2
NITERÓI	44
NOVA FRIBURGO	14
NOVA IGUAÇU	19
PARACAMBI	2
PETRÓPOLIS	22
RESENDE	12
RIO DE JANEIRO	182
SÃO GONÇALO	10
SÃO JOÃO DE MERITI	4
TERESÓPOLIS	8
TRÊS RIOS	8
VALENÇA	3
VOLTA REDONDA	27
TOTAL	465

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho - R.J.

⁷ A diferença entre os dados do IBGE e do TRT/RJ pode ser explicada pelas datas das duas fontes. Os dados do IBGE são de 1991 e os do TRT são de 1994.

GRÁFICO 20
SINDICATOS DE TRABALHADORES - EST. DO RIO DE JANEIRO,
RMRJ E CAPITAL, 1994



FONTE: Tribunal Regional do Trabalho - R.J.

A Central Única dos Trabalhadores - CUT⁸, considerada representante do *novo sindicalismo*⁸ brasileiro, controla os principais sindicatos do Estado do Rio de Janeiro e da Capital, envolvendo os metalúrgicos, bancários, médicos, professores públicos, economistas, ferroviários, portuários, petroquímicos, petroleiros, aeroviários, arquitetos, engenheiros, jornalistas, telecomunicações, vidreiros e vendedores de rua, entre outros. Sua organização se

8 *Novo sindicalismo* é a denominação utilizada para caracterizar o tipo de movimento sindical surgido a partir de 1978 no País, durante o regime militar, portanto, cujo traço principal consiste na crítica ao sindicalismo burocrático e atrelado à política governamental (Borror Jr: 1994).

abrange, portanto, a diversidade de ramos de produção existente no Rio de Janeiro (Tabela 9). São 42 sindicatos filiados à CUT no Município do Rio de Janeiro, representando 23,07% do total existente. Entre os mais importantes sindicatos não-filiados à CUT, ressaltam-se o Sindicato dos Comerciantes e o da Construção Civil, desvinculados de qualquer das centrais. A CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores - controla 23 sindicatos da Cidade, o que representa 12,64% do total existente, a maioria em setores de pouca importância na economia do Rio de Janeiro. Da mesma forma, a Força Sindical também tem uma expressão muito reduzida, controlando apenas onze sindicatos (6,04%) no Município (Gráficos 21 e 22).

Apesar da presença significativa das três centrais sindicais, percebe-se que 64,77% dos sindicatos no Estado do Rio de Janeiro e 58,24% na Capital, representando portanto a grande maioria, não são filiados a nenhuma central (Gráficos 21 e 22, e Tabela 10).

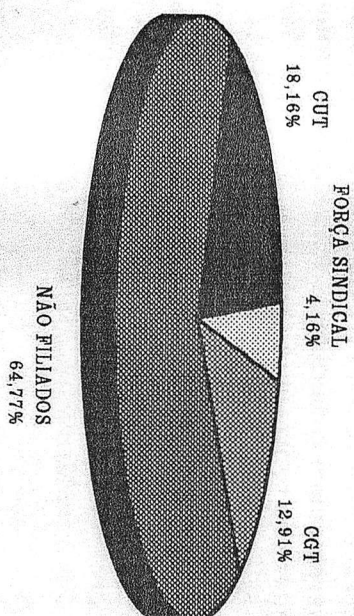
TABELA 9
SINDICATOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO FILIADOS À
CUT - DIVISÃO SEGUNDO RAMO DE PRODUÇÃO, 1995*

RAMO DE PRODUÇÃO	Nº	%
TRANSPORTE	5	11,9
FUNC. PÚBLICO	4	9,5
PROF. LIBERAIS	3	7,1
SAÚDE	3	7,1
QUÍMICO	3	7,1
EDUCAÇÃO	2	4,8
COM., PÚBLIC. E JORN.	2	4,8
OUTROS	20	51,3
TOTAL	42	100

* Classificação utilizada pela CUT-RJ.
Fonte: CUTJ, 1994

GRÁFICO 21

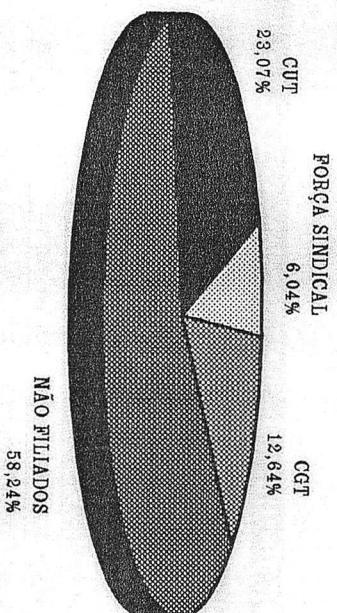
DISTRIBUIÇÃO DOS SINDICATOS POR FILIAÇÃO ÀS CENTRAIS SINDICAIS, EST. DO RIO DE JANEIRO, 1995



Fonte: Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal, 1995

GRÁFICO 22

DISTRIBUIÇÃO DOS SINDICATOS POR FILIAÇÃO ÀS CENTRAIS SINDICAIS, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1995



Fonte: Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal, 1995

TABELA 10

FILIAÇÃO A CENTRAIS SINDICAIS - EST. DO RIO DE JANEIRO E CAPITAL, 1995.

SINDICATOS FILIADOS À CUT-RJ		
	Nº	%
ESTADO	83	100
CAPITAL	42	50,6
DEMAIS MUNICÍPIOS	41	49,3
SINDICATOS FILIADOS À CGT-RJ		
	Nº	%
ESTADO	59	100
CAPITAL	23	39,0
DEMAIS MUNICÍPIOS	36	61,0
SINDICATOS FILIADOS À FORÇA SINDICAL - RJ		
	Nº	%
ESTADO	19	100
CAPITAL	11	57,9
DEMAIS MUNICÍPIOS	8	42,1

Fonte: Observatório de Política Urbana e Gestão Municipal, 1995

Em razão da existência de dados sistematizados e acessíveis, empreendeu-se a análise mais detalhada do associativismo sindical concernente às entidades filiadas à Central Única dos Trabalhadores - CUT⁹. Com base nas informações disponíveis, para 40 das entidades associadas à CUT do Estado do Rio de Janeiro, foi possível avaliar a participação efetiva dos trabalhadores no associativismo sindical, por categoria (Tabela 11). Assim, observou-se que:

9 A CGT e a Força Sindical forneceram apenas a relação das entidades a ela filiadas, mas sem informações relativas ao número de trabalhadores por categoria e de associados quites com os sindicatos. Utilizamos como fonte primária de dados o Demonstrativo de Entidades Filiadas, da CUT/RJ, 1994. Definimos como critério para considerar como *associado participante* apenas os trabalhadores com a mensalidade em dia.

I das 40 entidades analisadas, em apenas treze (32,5%) participaram efetivamente mais da metade de seus associados e, destas, em somente quatro a participação atinge os patamares de 71% a 90%. Os sindicatos que apresentam as maiores taxas de participação são a Associação dos Funcionários do IBGE - ASSIBGE (89%) - , o Sindicato dos Moedeiros (82%) e o Sindicato dos Bancários (72%);

II as restantes 27 entidades apresentam percentuais de participação inferiores a 50%, sendo que em treze os índices variam entre 21% e 48% e nas outras quatorze, entre 0,4% a 19,5%;

III a variação dos percentuais de participação não está relacionada à natureza profissional das categorias. Por exemplo: no setor educacional, o SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino - apresenta índices abaixo do esperado (12%) se comparado ao do SINTUFRJ - Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ (70%);

IV no entanto, na avaliação do associativismo sindical, é necessário levar em consideração outros aspectos. No exemplo anterior, é de fundamental importância ter em conta que a base sindical do SEPE é bem maior (200.000 contra 18.000), apresentando, além disso, um grau de participação em termos absolutos bastante superior (24.260 associados contra 12.623). É preciso, também, considerar aspectos qualitativos como a natureza da base sindical de cada categoria e a sua história de organização;

V entre as particularidades que se destacam, observam-se diferenças importantes no grau de participação das entidades sindicais das esferas pública e privada: entre os primeiros, a participação efetiva tende a ser maior. Chama a atenção, ainda, o fato de que a maioria dos sindicatos que apresentem elevados índices de parti-

cipação efetiva sejam aqueles cujas atividades desenvolvidas são estruturais à manutenção da ordem econômica: os vinculados ao setor de transportes (portuários - 75% e ferroviários - 65,5%), setor financeiro (bancários - 72%) e petroleiros e químicos (petroleiros - 70,5%, petroquímicos - 64,5%).

TABELA 11
PERCENTAGEM DE ASSOCIADOS POR ENTIDADE FILIADA À CUT
RIO DE JANEIRO, 1994
(AO LADO)

ENTIDADE	Nº DE TRABALHADORES ASSOCIADOS BASE	% DE CUT
ADVOGADOS/RJ	50.000	2
AERONAUTAS	20.000	40
AEROVIAÍRIOS	25.000	48
ASSIBGE	10815	89
BANCÁRIOS	55.000	72
BORRACHEIROS	4.000	10
CORREIOS	12.000	38
DESENHISTAS	4.500	5
DOMÉSTICOS	90.000	0,14
ECONOMISTAS	14.000	7
ENFERMEIROS/RJ	12.000	2,9
ENGENHEIROS	200.000	4,7
FERROVIÁRIOS	16.000	65,5
GARÇONS	25.000	4,4
HÍPICOS	1.200	58
JORNALISTAS	7.000	41,7
MÉDICOS/RJ	30.000	13
METAL/RJ	80.000	21
MODEIROS	2.179	82,5
PETROQUÍMICOS/RJ	620	64,5
PORTUÁRIOS	3393	75
QUÍMICOS	25.000	19,5
RADIALISTAS/RJ	8.000	42
SEPE/RJ	200.000	12
SINDMINA	2.260	38
SINDJUSTIÇA	8.500	35
SINDPD	15.000	57
SINDPETRO	18.000	70,5
SINDSPREV	120.000	33,5
SINFÁ	25.000	42
SIMPBO/RJ	20.000	61
SINTGERJ	1.500	60
SINTRACERJ	7.000	33
SINTCON	6.000	4,8
SINTUFRJ	18.000	70
SINTRASER	50.000	30
SINTTEL	23.000	58
SORVILATI	25.000	2
STIC	3.500	4,6
VIDRACEIROS	3.800	32

Fonte: Cadastro da CUT/RJ, 1994

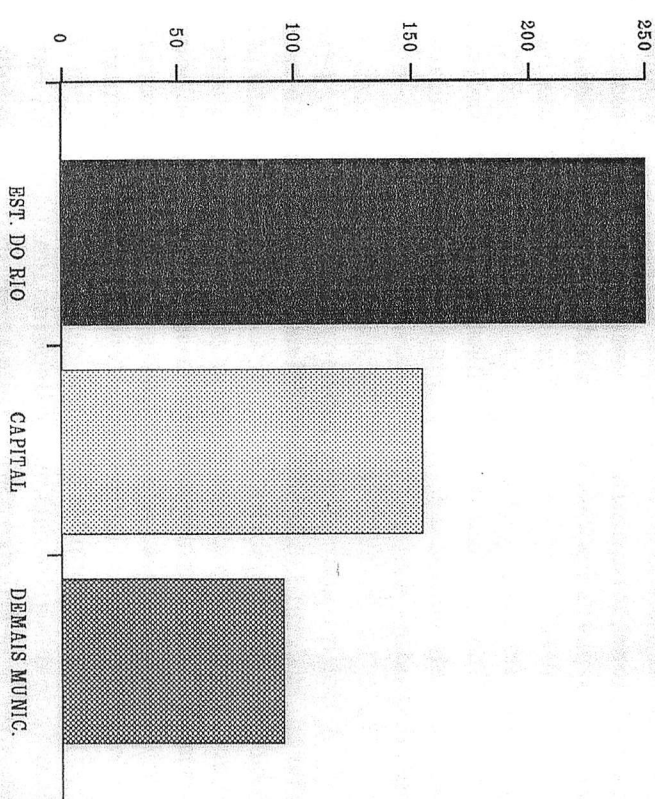
Segundo o TRT/RJ, os sindicatos patronais totalizam 236 no Estado do Rio de Janeiro, distribuídos conforme mostra a Tabela 12. Diferentemente dos sindicatos de trabalhadores, que estão organizados em todo Estado de forma mais homogênea, 61,86% dos sindicatos patronais estão concentrados no Município do Rio de Janeiro (Gráfico 23).

TABELA 12
SINDICATOS DE EMPREGADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS, 1994

MUNICÍPIO	Nº DE SINDICATOS
BARRA DO PIRAÍ	1
BARRA MANSA	6
CABO FRIO	1
CAMPOS	8
CONCEIÇÃO DE MACABU	1
DUQUE DE CAXIAS	6
ITAPERUNA	1
MACAÉ	1
NILÓPOLIS	2
NITERÓI	31
NOVA FRIBURGO	7
NOVA IGUAÇU	3
PETRÓPOLIS	10
RIO DE JANEIRO	146
SÃO GONÇALO	2
SÃO JOÃO DE MERITI	2
SÃO PEDRO DA ALDEIA	1
TERESÓPOLIS	2
VALENÇA	1
VOLTA REDONDA	4
TOTAL	236

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho/RJ, 1994

GRÁFICO 23
SINDICATOS DE EMPREGADORES - EST. DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL, 1994



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho - R.J., 1994

3.3. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Nos últimos anos, as chamadas organizações não-governamentais - ONGs - vêm ganhando cada vez importância na sociedade brasileira. Da mesma forma, no Rio de Janeiro, constata-se o aumento da presença ativa das ONGs no cenário sócio-político-cultural da Cidade. O termo ONG passou a ser utilizado em meados da década de 80 para identificar as organizações de caráter não-repre-

10 As ONGs são consideradas entidades de caráter não-representativo porque seus membros não são eleitos, nem representam formalmente nenhuma base social.

sentativo¹⁰, responsáveis pela implementação de projetos junto às organizações de base dos movimentos sociais. As ONGs se diferenciavam das entidades assistenciais e filantrópicas pelo fato de as primeiras reivindicarem para si um compromisso com as lutas por direitos civis e políticas públicas, enquanto que estas últimas estariam marcadas por relações clientelísticas de dependência (Landim: 1993). O que não implica dizer que as ONGs não realizem atividades assistenciais e filantrópicas. Mas, quando o fazem, buscam justificá-las por seus objetivos políticos relacionados à conquista dos direitos de cidadania e da justiça social.

A delimitação desse campo torna-se difícil, pela existência de uma intensa prática de simbolização realizada pelas próprias ONGs, que procuram constituir nomenclaturas e valores que instauem distinções entre as organizações que apresentam o mesmo perfil e realizam atividades similares. Afinal, quais organizações podem ser classificadas enquanto ONGs? Poucos autores procuraram responder essa pergunta de forma objetiva, escapando das armadilhas do discurso ideologizado. Para delimitar o perfil das ONGs, Scherer-Warren (1994) propõe quatro critérios chaves baseados: (I) na sua forma de organização, (II) nas suas funções, (III) no público-alvo da sua intervenção e (IV) nos seus objetivos.

As ONGs, sob o ponto de vista da sua organização, podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- organizações formais, isto é, com algum grau de permanência e estruturação organizacional;
- privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo, porém, com fins públicos;
- sem fins lucrativos para seus organizadores e diretoria, distinguindo-se das empresas;
- autogovernada através de procedimentos/diretrizes internos próprios;

- com participação voluntária de membros, pelo menos de seu corpo diretor". (Scherer-Warren: 1994, 8)

As funções das suas atividades podem caracterizarem-se por realizarem a "mediação e assessoria nos campos educacional, político, técnico, legal, informacional e similares; articulações entre a sociedade civil e o Estado; apoio material, de serviços, de construção de conhecimento (pesquisa) e de solidariedade a causas humanitárias e de respeito ao meio ambiente; formação de redes entre experiências semelhantes, organizações e movimentos afins ou complementares; e outras atividades no campo da promoção da cidadania" (Scherer-Warren: 1994, 8).

O público-alvo das ONGs também é bastante amplo. São segmentos sociais específicos, incorporando movimentos populares urbanos, comunidades rurais, grupos de base, populações marginalizadas ou discriminadas, ou ainda, situações onde os direitos humanos ou o respeito a natureza estão sendo desrespeitados.

Para o último critério, seus objetivos, Scherer-Warren (1994, 8) identifica que a ação das ONGs visa ao "fortalecimento da sociedade civil, através de microtransformações (locais ou no cotidiano) ou de macrotransformações (globais ou sistêmicas)". Isto é, sua atuação "ocorre no sentido da 'construção de pontes' para a realização da cidadania, da democracia, da justiça social, do equilíbrio ecológico e de outros avanços da sociedade civil".

As proposições acima, embora representem um importante esforço intelectual de definição do campo das ONGs, são de difícil utilização, dado o escopo e o âmbito do presente trabalho, pois aplicar os quatro critérios delimitadores propostos implicaria no conhecimento prévio de todas as entidades sem fins lucrativos. Decidiu-se, por essa razão, utilizar como referência o cadastro da Associação Brasileira de ONGs - ABONG -, por reunir atual-

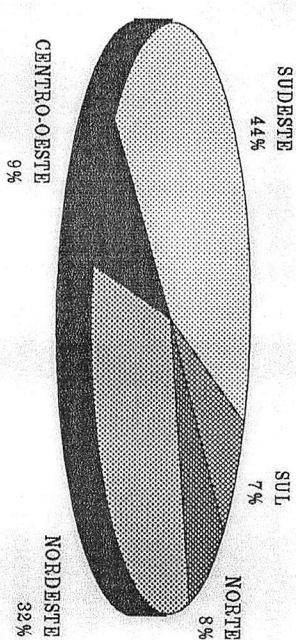
mente 194 entidades - entre elas, as maiores e as mais antigas -, por adotar critérios claros e próximos àqueles de Scherer-Warren e, principalmente, por gozar de amplo reconhecimento junto as agências internacionais e governamentais. Constituinte-se em uma articulação de entidades caracterizadas pela busca da sua afirmação enquanto atores políticos na sociedade, a ABONG aceita como filiadas somente as organizações que: "(I) sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais; (II) mantenham compromisso com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; (III) tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação; (IV) possuam personalidade jurídica própria como sociedade civil sem fins lucrativos; e (V) tenham ao menos 2 anos de experiência comprovada" (Jornal da ABONG)¹¹.

A maior parte das ONGs está na Região Sudeste (44%) e Nordeste (32%). No Norte, estão 8%; no Centro-Oeste, 9%, e, no Sul, apenas 7%. Na Região Sudeste, o Rio de Janeiro é o estado com maior quantidade de ONGs (58%), seguido de São Paulo (38%), Espírito Santo (2%) e Minas Gerais (2%). Quase a totalidade (90%) das ONGs do Rio de Janeiro tem sua sede na Capital, o que não implica que seja essa a delimitação geográfica da sua área de atuação (Gráfico 24 a 26). No total, 45 ONGs são filiadas à ABONG no Município do Rio de Janeiro. Elas foram classificadas, segundo o âmbito da sua intervenção, nas seguintes áreas: cidadania e questão urbana, meio ambiente, mulher, negro, menor e adolescente, AIDS, rural, movimento comunitário, associação profissional e indígena¹². A maioria delas (30 ONGs) atua na área cidadania e questão urbana (Tabela 13).

11 Jornal da ABONG - Órgão da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, n. 9, jan. 1995.

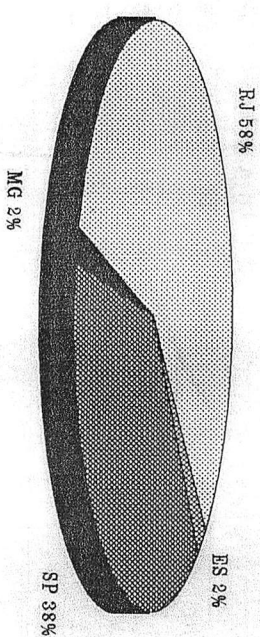
12 A classificação foi realizada tendo por base informações fornecidas pelas próprias ONGs.

GRÁFICO 24
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ONG'S FILIADAS À ABONG - BRASIL, 1995



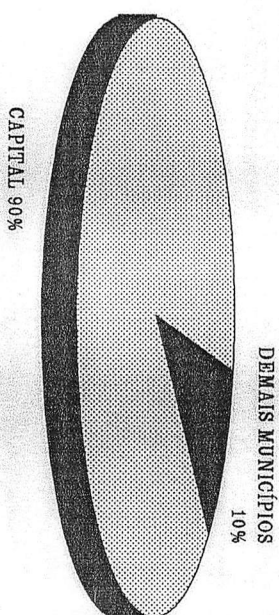
Fonte: ABONG, 1995

GRÁFICO 25
DISTRIBUIÇÃO DAS ONG'S FILIADAS À ABONG - REGIÃO SUDESTE, 1995



Fonte: ABONG, 1995

GRÁFICO 26
DISTRIBUIÇÃO DAS ONGS FILIADAS À ABONG - ESTADO DO RIO, 1995



Fonte: ABONG, 1995

TABELA 13
ONGS FILIADAS À ABONG POR ÁREA DE ATUAÇÃO, RIO DE JANEIRO, 1995

ÁREA DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE ONGS
CIDADANIA E QUESTÃO URBANA	30
MEIO-AMBIENTE	5
MENOR E ADOLESCENTE	3
MULHER	3
NEGREO	3
AIDS	2
RURAL	2
ÁREA CULTURAL	2
TOTAL	50

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

O peso da área cidadania e questão urbana deve ser relativizado, uma vez que, diferentemente das outras, que definem temáticas e sujeitos específicos, ela incorpora um vasto campo de intervenção relacionado à organização popular, aos direitos humanos e às políticas públicas. Assim, é muito provável que, nesta categoria, estejam ONGs que também atuam, mas não de forma exclusiva, com as

temáticas da mulher, do negro e do meio ambiente, entre outras. Mesmo com essa ressalva, pode-se apontar que os problemas específicos da Cidade do Rio de Janeiro parecem galvanizar as atenções de parte considerável desse segmento do associativismo. Tal fato, certamente, está suscitando a mobilização de projetos, recursos financeiros, capacidade técnica e vontade cívica da sociedade carioca no enfrentamento dos seus impasses urbanos.

Por outro lado, pode-se apontar, como um importante traço desta modalidade de associativismo no Rio de Janeiro, o fato de a cidade se constituir em uma espécie de laboratório de experimentação dos novos formatos de organização e de participação da sociedade civil. Com efeito, as ONGs têm tido papel fundamental na reconfiguração dos movimentos sociais. Elas têm contribuído para constituir o que vem sendo chamado por diversos autores¹³ de *redes de movimentos*, ou seja, articulações temáticas e de intercâmbios, tendo por característica: (a) a articulação das dimensões macro e micro dos movimentos sociais, isto é, o foco da intervenção é, simultaneamente, o local (comunitário) e o global (supranacional/transnacional); (b) a pluralidade das identidades dos atores envolvidos; (c) a preocupação com novas formas de cultura política, incorporando às temáticas da cidadania, da democracia e da justiça social, as questões ecológicas, de gênero, étnica etc.; (d) nova concepção de relação entre Estado e sociedade, tendo em vista novas formas de intermediação dos interesses públicos e privados, que incorporem as noções de conflito e de negociação; e (e) a utilização das novas formas de tecnologia de informação de massa a partir de um projeto comum de organização da sociedade civil. São exemplos dessas novidades o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, a Ação da Cidadania Contra a Miséria Pela Vida e o movimento Viva Rio.

13 Ver entre outros Nascimento, 1993 e Scherer-Warren, 1993.

3.4 ENTIDADES ASSISTENCIAIS E FILANTRÓPICAS

No Município do Rio de Janeiro, há uma rede de entidades assistenciais e filantrópicas para o atendimento de famílias carentes, meninos e meninas de rua, crianças e adolescentes pobres, idosos, mulheres e deficientes físicos, entre outros. Grande parte dessas instituições são de caráter religioso, mas também é significativo o número daquelas mantidas por organizações não-governamentais laicas e pela iniciativa privada. Em 1980, a Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, contabilizou 397 entidades de bem-estar na cidade, além de 21 entidades mantenedoras, isto é, dedicadas ao levantamento de recursos destinados a entidades de assistência social e ou filantrópicas. A partir dessas informações, foi possível classificar os tipos de instituição e as áreas de localização dos projetos. A classificação utilizada para os tipos de instituição foi a que se segue:

- crianças e adolescentes;
- distribuição de alimentos, roupas e medicamentos;
- cursos profissionalizantes e assistência educacional;
- assistência médica e distribuição de medicamentos;
- assistência à mulher;
- assistência a idosos;
- reabilitação, assistência a deficientes físicos e a drogados.

Como demonstra a Tabela 14, a maior parte das instituições (29,8%) se dedica ao atendimento de crianças e adolescentes, seguida daquelas destinadas à distribuição de alimentos, roupas e medicamentos (27%), à assistência educacional (15,1%), à assistência médica (9,3%), à promoção da mulher (6,8%), à assistência aos idosos (6%) e à reabilitação de deficientes físicos e drogados (6%). Observou-se, no entanto, que as instituições filantrópicas e de assistência social normalmente atuam em mais de um campo, o que torna essa classificação apenas indicadora da sua intervenção principal. Assim, podemos encontrar, por exemplo, diversas entidades que prestam atendimento às

famílias das crianças através da distribuição de cestas de alimentos, no campo das instituições de atendimento a crianças e adolescentes.

Analisando-se a localização das instituições, verifica-se que a Zona Norte concentra o maior número de entidades (121, no total) em quase todos os tipos de intervenção. A Zona Subúrbio da Leopoldina vem em segundo lugar (93), seguida da Zona Sul (78), Zona Oeste (56) e da Zona Subúrbio da Central do Brasil (49). Aqui também é preciso ter cautela na análise. O fato de uma instituição estar localizada em uma determinada área não implica que sua intervenção esteja restrita a essa mesma delimitação geográfica. Vários dos serviços prestados (asilos para idosos, cursos profissionalizantes, bolsas de alimentos, distribuição de roupas e doativos, entre outros) são oferecidos às famílias independentemente do seu local de moradia.

TABELA 14
TIPOS DE INSTITUIÇÃO E PROJETOS POR ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1980.

	ZONA SUL	ZONA NORTE	SUB. LEOPOLDINA	SUB. CENTRAL	ZONA OESTE	TOTAL
CRIANÇAS E ADOLESC.	25	33	30	15	15	118
DISTRIB. DE ALIMENTOS, ROUPAS E MEDICAM.	17	28	19	8	25	107
CURSOS PROFISSIONALIZAÇÃO EDUCAÇÃO	14	11	17	11	7	60
ASSISTÊNCIA MÉDICA E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAM.	8	14	11	2	2	37
ASSIST. AO IDOSO	3	6	4	7	4	24
REABILITAÇÃO DEFICIENTES E DROGADOS	78	121	93	49	56	397

Fonte: Catálogo de Entidades de Bem-Estar Social do Município do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade de o Rio de Janeiro, 1980.

Não obstante o levantamento realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, atualmente tudo indica que o

número de entidades de assistência social e filantrópica é bem superior, apesar de não haver cadastro atualizado sobre esse campo do associativismo. Confirmando essa suspeita, pesquisa realizada em 1991 (Valladares, 1991) levantou 589 instituições de atendimento a crianças carentes e meninos de rua no Município do Rio de Janeiro e 30, nos municípios da periferia. Para essas, foi possível sistematizar informações acerca das instituições e projetos, natureza da iniciativa e área de atuação na Cidade (Tabelas 15 e 16)¹⁴.

Com base nessas informações, confirma-se que é significativo o número de entidades filantrópicas de atendimento às crianças e adolescentes ligadas às instituições religiosas, principalmente à Igreja Católica. A maior parte delas (255) está localizada na Zona Norte, seguindo a tendência verificada para as demais instituições de assistência.

Na área do Centro - onde estão incluídos os bairros Centro, Cinelândia, Carioca, Praça XV -, encontra-se o maior número de instituições que atuam com abrigos, direitos humanos, articulação e coordenação. Os dois primeiros temas refletem a importância que a questão dos meninos e meninas de rua vem adquirindo para a sociedade carioca. No trabalho de articulação e coordenação, encontram-se as instituições dedicadas ao trabalho de apoio, pesquisa, elaboração de projetos e organização das entidades que trabalham nessa área. O tema expressa a necessidade, cada vez maior, de as instituições se articularem em redes e de manterem contatos com as instituições governamentais, movimentos sociais e outras ONGs, na sua maioria localizadas nessa Região.

14 A divisão por áreas da cidade utilizada no levantamento realizado por Valladares é diferente da utilizada neste trabalho. Para efeito de comparação, tem-se que a Zona Norte corresponde às R. As da Zona Norte e da Zona Subúrbio da Central e a Zona Centro corresponde à Zona Subúrbio da Leopoldina. As Zonas Sul e Oeste são similares às utilizadas neste estudo, exceto pelo fato das R. As de Jacarepaguá e Barra da Tijuca encontrarem-se destacadas em uma área própria.

TABELA 15
TIPOS DE INSTITUIÇÃO E PROJETOS POR NATUREZA DE INICIATIVA. RIO DE JANEIRO, 1991

	LAICA	CATÓLICA	PROTESTANTE	ESPÍRITA	JUDÁICA	ECUMENISTA	SEM INF	TOTAL
CRECHES E ESCOLAS	91	43	19	10	.	1	30	194
ASSISTÊNCIA SOCIAL	24	50	47	15	.	1	34	171
INTERMATOS	15	30	7	19	1	.	37	109
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	52	.	.	.	.	.	2	54
PROJETOS	20	3	1	.	.	3	1	28
PROFSSIONALIZANTES								
EDUCAÇÃO	11	9	.	.	.	3	1	24
ALTERNATIVA								
ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO	11	7	.	2	.	1	.	21
ABRIGOS	2	6	1	.	.	.	.	10
DIREITOS HUMANOS	7	1	.	.	.	.	.	8
TOTAL	233	149	75	46	1	10	105	619

TABELA 16
TIPOS DE INSTITUIÇÃO E PROJETOS POR ZONA DE LOCALIZAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 1991

	ZONA NORTE	ZONA CENTRO	ZONA SUL	ZONA OESTE	ZONA JACAREPAGUÁ	MUNICÍPIOS DA PERIFERIA	TOTAL
CRECHES E ESCOLAS	97	13	26	37	18	3	197
ASSISTÊNCIA SOCIAL	67	37	30	24	11	2	171
INTERMATOS	48	12	17	15	17	.	109
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	21	3	3	6	4	17	54
PROJETOS	9	6	7	2	.	4	28
PROFSSIONALIZANTES							
EDUCAÇÃO	7	7	6	1	1	2	24
ALTERNATIVA							
ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO	2	12	7	.	.	.	21
ABRIGOS	3	5	1	.	.	1	10
DIREITOS HUMANOS	1	5	1	.	.	1	8
TOTAL	255	100	98	85	51	30	619

Fonte: Tabelas 15 e 16: VALLADARES, Lúcia, IMPELIZIERI, Flávia. *Agão Invisível. O atendimento a crianças carentes e a meninos de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991

3.5 ENTIDADES RELIGIOSAS

As entidades religiosas formam um dos eixos mais importantes das tendências atuais do associativismo no Município do Rio de Janeiro. Na verdade, foi a partir da Igreja Católica que surgiram no Brasil as primeiras entidades públicas não-estatais, sem fins lucrativos, de caráter assistencial (Landim, 1993). No entanto, percebe-se agora um crescimento significativo das igrejas evangélicas e, dentro destas, das igrejas denominadas pentecostais (Freston, 1992; Pierucci, 1989)¹⁵. Como já indicado, além das igrejas e templos, as entidades religiosas organizam uma rede de serviços que inclui escolas, creches, asilos e outros serviços assistenciais. Considerando-se o conjunto das denominações religiosas, tem-se 2.432 igrejas, capelas, centros e templos no Município do Rio de Janeiro, sendo que 614 são igrejas e capelas católicas, 299, centros espíritas, e 1.519, templos evangélicos (Tabela 17).

O número de igrejas evangélicas só é superior ao da Igreja Católica se tomado no seu conjunto, já que reúne uma diversidade muito grande de religiões. A maior religião evangélica, a Igreja Batista CBB, tem 293 templos, seguida da Assembléia de Deus, com 259, e da Igreja Universal, com 102. Portanto, além de ser isoladamente a religião com maior número de igrejas, a Igreja Católica é ainda a entidade religiosa com maior número de instituições de assistência social, escolas e de centros de formação (Tabela 18). Isso não significa, no entanto, que ela congregue a maior parcela de participantes no seu interior.

Analisando-se a distribuição das igrejas, templos e centros por área da Cidade do Rio de Janeiro, percebe-se que há uma semelhança no perfil geográfico de organiza-

ção da Igreja Católica e das igrejas espíritas. Ambas estão mais organizadas na Zona Norte, seguida das zonas Subúrbio da Leopoldina, Subúrbio da Central, Oeste e Sul. O mesmo não sucede com as igrejas evangélicas. Estas estão organizadas geograficamente na Cidade quase que no sentido inverso da Igreja Católica e das igrejas espíritas. É na Zona Oeste que encontra-se o maior número de templos, seguido das zonas Subúrbio da Central, Subúrbio da Leopoldina, Norte e Sul. Portanto, na medida que avança-se para as áreas periféricas e mais carentes do Município, aumenta o número de templos evangélicos. A Zona Sul é a área onde existem menos igrejas e templos de todas as denominações religiosas (Tabelas 19 a 21 e Mapas 4 a 6).

TABELA 17
IGREJAS E TEMPLOS POR RELIGIÃO - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994.

RELIGIÃO	TOTAL*
CATÓLICA	614
ESPÍRITA	299
BATISTA CBB	293
ASSEMBLÉIA DE DEUS	259
UNIVERSAL	102
BATISTA	84
OUTRAS EVANGÉLICAS	781

Fonte: Anuário Eclesiástico da Cúria Metropolitana - 1993
ISER - Censo Evangélico - 1994

* O total se refere ao número de igrejas, capelas e templos.

15 Não foi possível levantar informações referentes aos centros de umbanda e candomblé. A Federação Brasileira de Umbanda funciona no Rio de Janeiro, mas não forneceu o cadastro dos centros no Município, estimando em cerca de 1.000 o seu número.

TABELA 18
ESCOLAS E CENTROS DE FORMAÇÃO POR RELIGIÃO -
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994.

RELIGIÃO	TOTAL*
CATÓLICA	83
BATISTA	2
BAPTISTACBB	2
CONGREGACIONAL	3
CRISTÁ EVANG.	1
CRISTO VIVE	1
EVAG. QUADRANGULAR	2
IGREJA DA GRAÇA	1
INTERDENOMIN.	13
LUTERANA IECLB	1
METODISTA	1
PRESEBITERIANA IPB	1
UNIVERSAL	1

Fonte: Anuário Eclesiástico da Cúria Metropolitana - 1993
Censo/ISER - 1994

* O total se refere ao número de escolas, centros de formação, faculda-
des e associações culturais.

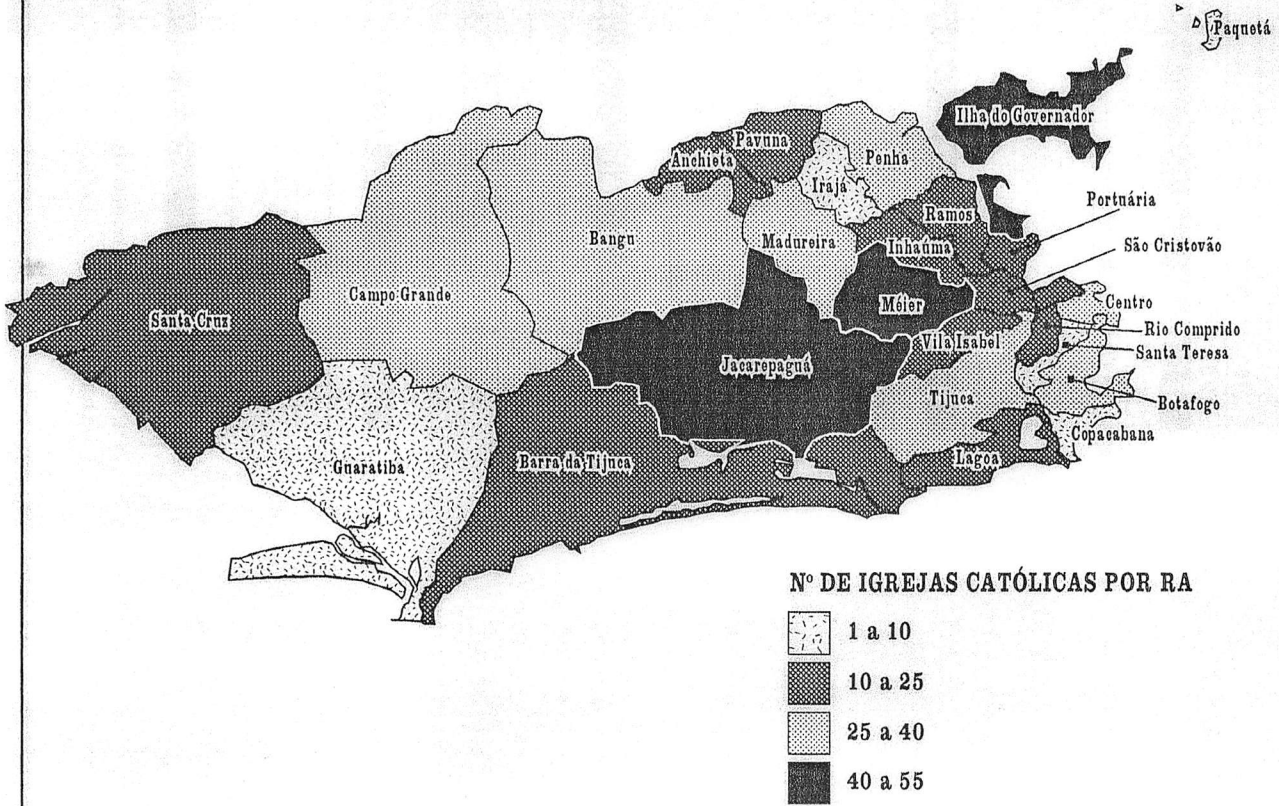
TABELA 19
IGREJAS CATÓLICAS E
CAPELAS POR REGIÃO
ADMINISTRATIVA. MUNICÍ-
PIO DO RIO DE JANEIRO,
1993.
(AO LADO)

RAs - ZONA SUL	OCCORRÊNCIAS
IV - BOTAFOGO	16
V - COPACABANA	10
VI - LAGOA	22
XXIII - SANTA TERESA	7
XXIV - BARRA	11
XXVII - ROCHINA	2
TOTAL	68
RAs - ZONA NORTE	OCCORRÊNCIAS
III - RIO COMPRIDO	23
IX - VILA ISABEL	17
VIII - TIJUCA	38
XIII - MEIER	47
XX - ILHA DO GOVERNADOR	44
TOTAL	169
RAs - SUBURBIO LEOPOLDINA	OCCORRÊNCIAS
I - PORTUÁRIA	16
II - CENTRO	33
VII - SÃO CRISTÓVÃO	19
X - RAMOS	24
XI - PENHA	30
XII - INHAÚMA	14
XIV - IRÁJÁ	10
XXVIII - JACAREZINHO	1
TOTAL	153
RAs - SUBURBIO CENTRAL	OCCORRÊNCIAS
XV - MADUREIRA	28
XVI - JACAREPAGUÁ	54
XXI - PAQUETÁ	1
XXII - ANCHIETA	16
XXV - PAVUNA	16
TOTAL	115
RAs - ZONA OESTE	OCCORRÊNCIAS
XIX - SANTA CRUZ	25
XVII - BANGU	39
XVIII - CAMPO GRANDE	35
XXVI - GUARATIBA	10
TOTAL	109
TOTAL GERAL	614

Fonte: Arquidiocese do Rio de Janeiro,
Anuário 1993

MAPA 4

IGREJAS CATÓLICAS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS.
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Fonte: Arquidiocese da Cidade do Rio de Janeiro - RJ



Nº DE IGREJAS CATÓLICAS POR RA

1 a 10
10 a 25
25 a 40
40 a 55

TABELA 20
IGREJAS/TEMPLOS EVANGÉLICOS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA. MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994.
(AO LADO)

RAS - ZONA SUL		OCCORRÊNCIAS
IV - BOTAFOGO		24
V - COPACABANA		21
VI - LAGOA		35
XXIII - SANTA TERESA		5
XXIV - BARRA		17
TOTAL		102
RAS - ZONA NORTE		OCCORRÊNCIAS
III - RIO COMPRIDO		24
IX - VILA ISABEL		31
VIII - TIJUCA		31
XIII - MÉIER		86
XX - ILHA DO GOVERNADOR		37
TOTAL		209
RAS - SUBÚRBIO LEOPOLDINA		OCCORRÊNCIAS
I - PORTUÁRIA		9
II - CENTRO		24
VII - SÃO CRISTÓVÃO		19
X - RAMOS		74
XI - PENHA		89
XII - INHAÚMA		42
XIV - IRAJÁ		68
XXVIII - JACAREZINHO		10
TOTAL		335
RAS - SUBÚRBIO CENTRAL		OCCORRÊNCIAS
XV - MADUREIRA		164
XVI - JACAREPAGUÁ		124
XXII - ANCHIELTA		72
XXV - PAVUNA		60
TOTAL		420
RAS - ZONA OESTE		OCCORRÊNCIAS
XIX - SANTA CRUZ		76
XVII - BANGU		187
XVIII - CAMPO GRANDE		164
XXVI - GUARATIBA		26
TOTAL		453
TOTAL GERAL		1.519

Fonte: ISEB, Censo Evangélico

MAPA 5
IGREJAS EVANGÉLICAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA.
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

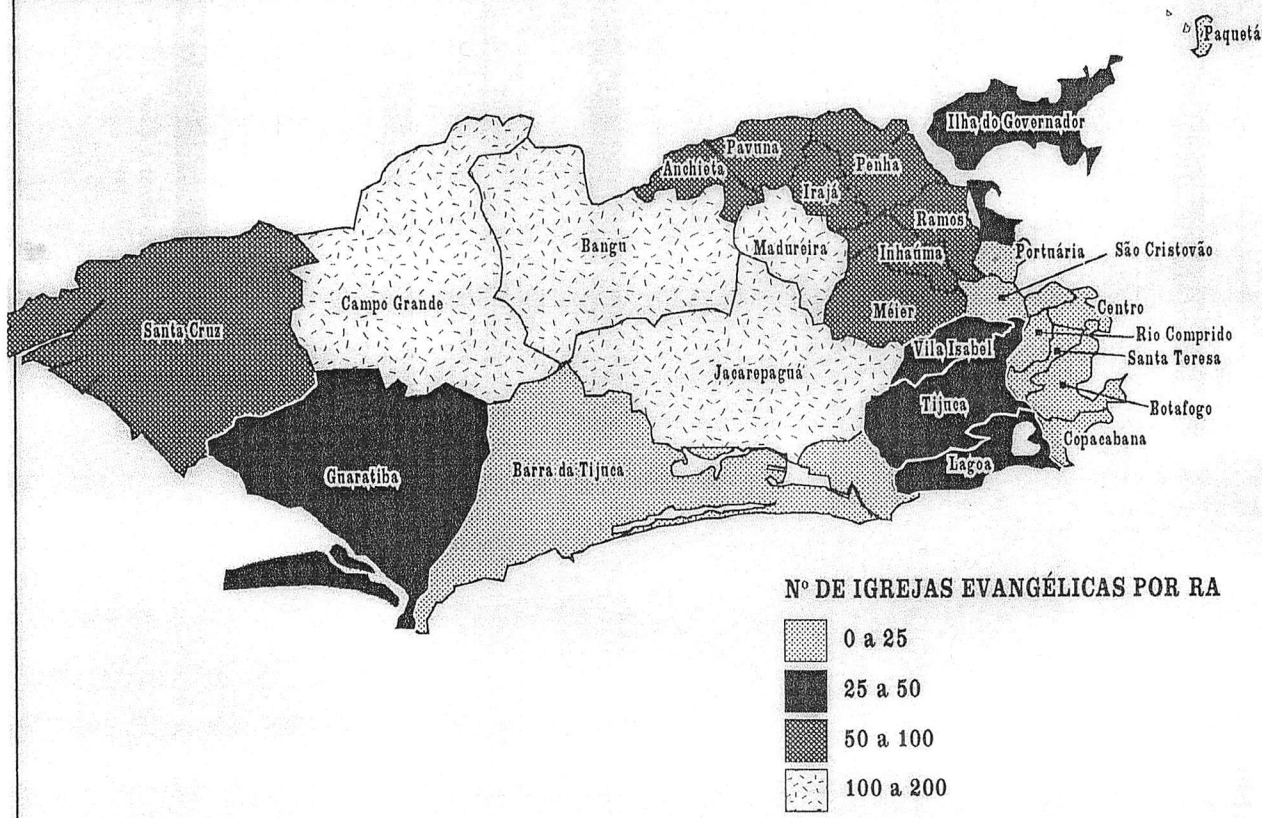
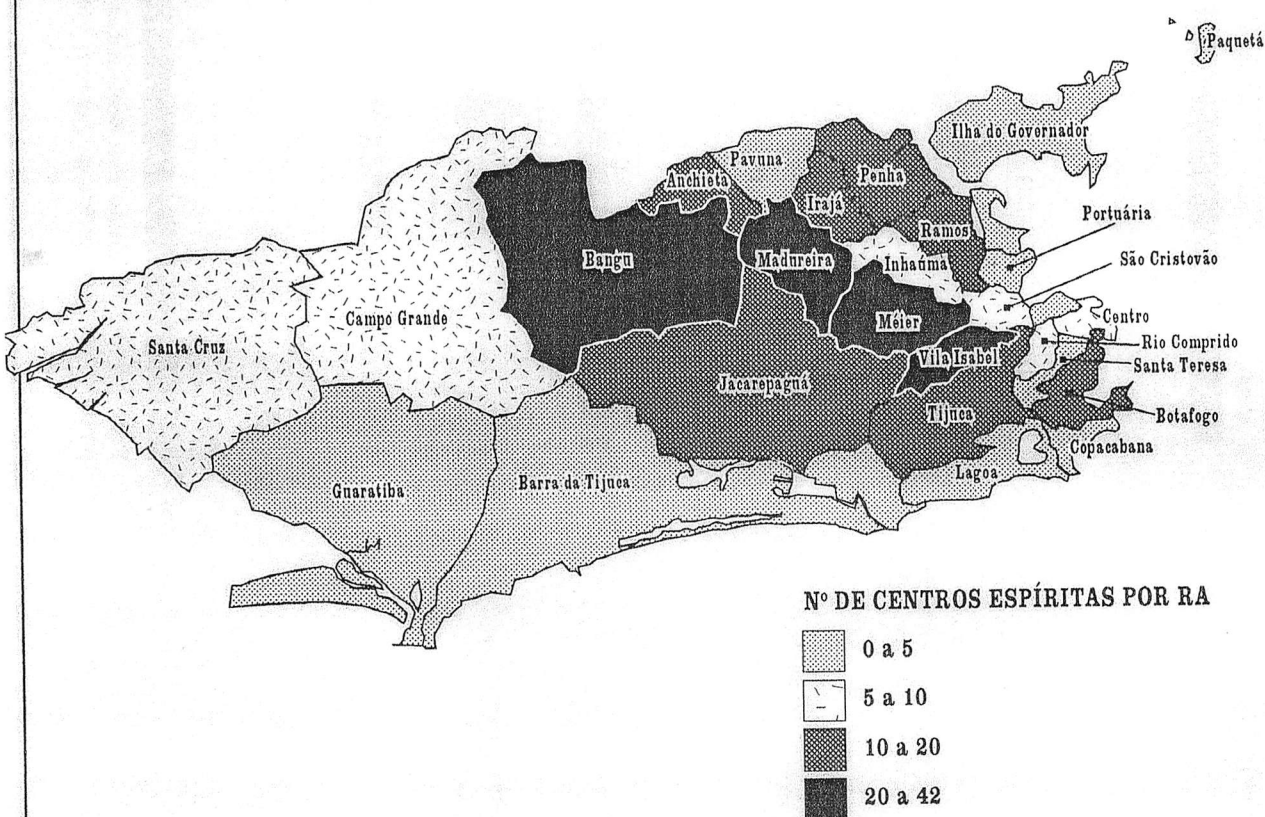


TABELA 21
IGREJAS ESPÍRITAS POR
REGIÃO ADMINISTRATIVA.
MUNICÍPIO DO RIO DE
JANEIRO, 1994.

RAS - ZONA SUL		OCCORRÊNCIAS
IV - BOTAFOGO		18
V - COPACABANA		5
VI - LAGOA		5
XXIV - BARRA		2
TOTAL		30
RAS - ZONA NORTE		OCCORRÊNCIAS
III - RIO COMPRIDO		6
IX - VILA ISABEL		23
VIII - TIJUCA		12
XIII - MEIER		42
XX - ILHA DO GOVERNADOR		4
TOTAL		87
RAS - SUBÚRBIO LEOPOLDINA		OCCORRÊNCIAS
I - PORTUÁRIA		1
II - CENTRO		6
VII - SÃO CRISTÓVÃO		8
X - RAMOS		12
XI - PENHA		13
XII - INHAÚMA		7
XIV - IRAJÁ		20
XXVIII - JACAREZINHO		1
TOTAL		68
RAS - SUBÚRBIO CENTRAL		OCCORRÊNCIAS
XV - MADUREIRA		34
XVI - JACAREPAGUÁ		16
XXII - ANCHIETA		12
XXV - PAVUNA		5
TOTAL		67
RAS - ZONA OESTE		OCCORRÊNCIAS
XIX - SANTA CRUZ		10
XVII - BANGU		26
XVIII - CAMPO GRANDE		10
XXVI - GUARATIBA		1
TOTAL		47
TOTAL GERAL		299

Fonte: USEERJ - União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro, 1994

MAPA 6
CENTROS ESPÍRITAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA. MUNICÍ-
PIO DO RIO DE JANEIRO



3.6 ENTIDADES DESPORTIVAS E DE LAZER

Em relação ao associativismo desportivo, cultural e de lazer, a pesquisa sistematizou informações referentes aos clubes esportivos e de lazer, escolas de samba, grupos de funk e de rap¹⁶.

Na área cultural e de lazer, é preciso levar ainda em consideração que o Poder Público e o setor empresarial são responsáveis pela organização de grande parte das atividades que se desenvolvem no Rio de Janeiro. Em torno dessas atividades, constituem-se identidades sociais e diversos grupos informais que compõem parcela expressiva do associativismo cultural da Cidade. Nesse sentido, apesar de a pesquisa ter por objetivo identificar o associativismo público não-estatal e sem fins lucrativos, foram também sistematizadas informações relativas aos equipamentos culturais públicos e privados (Tabela 22). Percebe-se que a Zona Sul - e aí destaca-se a R.A. de Botafogo - é a área da Cidade que possui o maior número de equipamentos culturais (382), seguida da Zona Subúrbio da Leopoldina (332). Na verdade, a Zona Subúrbio da Leopoldina só alcança este índice devido à R.A. Centro, que, isoladamente, é a Região Administrativa com a maior quantidade desses equipamentos (262). Nesta R.A., concentram-se os museus, bibliotecas, entidades de pesquisa, espaços e centros culturais, teatros e salas de espetáculo e bens tombados. No sentido inverso, a Zona Oeste é a mais carente de equipamentos culturais (34).

¹⁶ Os dados referentes às entidades esportivas e de lazer foram fornecidos pelo CRD/RJ - Conselho Regional de Desportos; os referentes às Escolas de Samba, pela LIESA - Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro; os referentes aos grupos de funk, pela LIGASOM - Liga Independente das Equipes de Som -, e, aos grupos de rap, pela ATCON - Associação Atitude Consciente.

TABELA 22
EQUIPAMENTOS CULTURAIS SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E ÁREAS DA CIDADE - RIO DE JANEIRO, 1993

ÁREA DE PLANEJAMENTO E REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL	MUSEU	BIBLIOTECA	ENTIDADES DE PESQUISA	ESPAÇOS CULTURAIS	GALERIAS DE ARTE	TEATROS E SALAS DE ESPETÁCULO	CINEMAS	EM TOMBAIO
TOTAL GERAL	915	69	74	62	55	41	89	75	450
RAZ ZONA SUL	132	26	31	17	24	36	44	41	114
IV-BOTAFOGO	196	15	15	14	7	4	12	13	116
V-COPACABANA	49	1	1	-	3	10	16	11	7
VI-LAGOA	93	6	4	3	11	21	12	11	25
XXII-SANTA TERESA	18	2	1	-	3	-	1	-	11
XXIV-BARRA DA TIJUCA	26	1	-	-	-	1	3	6	15
RAZ ZONA NORTE	113	9	12	14	5	1	13	14	45
III-RIO COMPRIDO	18	3	2	1	1	1	1	-	9
VII-TIJUCA	45	1	2	3	2	-	9	8	20
XIII-MEIER	20	3	3	2	1	-	2	5	4
IX-VILA ISABEL	21	2	3	3	1	-	4	-	8
XX-LHA DO GOVERNADOR	14	-	2	5	-	-	2	1	4
RAZ SUBÚRBIO DA LEOPOLDINA	232	33	35	28	24	4	23	11	174
I-PORTUÁRIA	26	-	2	-	-	-	-	-	24
II-CENTRO	262	26	27	21	24	4	21	9	130
VII-SÃO CRISTÓVÃO	23	5	1	5	-	-	1	-	11
X-RAMOS	12	2	3	1	-	-	1	2	3
XI-PENHA	3	-	1	1	-	-	-	-	3
XII-INHAÚMA	2	-	-	-	-	-	-	-	2
XIV-RAJÁ	2	-	1	-	-	-	-	-	1
RAZ SUBÚRBIO DA CENTRAL	49	4	2	-	-	-	3	7	33
XY-MADUREIRA	12	2	-	-	-	-	2	5	3
XVI-JACAREPAGUÁ	19	-	1	-	-	-	1	2	15
XXI-PAQUETÁ	18	-	1	-	-	-	-	-	17
RAS ZONA OESTE	34	-	4	3	2	-	1	2	22
XVII-BANGU	12	-	1	-	1	-	-	1	9
XVIII-C.GRANDE	6	-	1	-	1	-	1	1	2
XIX-SANTA CRUZ	10	-	2	1	-	-	-	-	7
XXVI-GUARATIBA	6	-	-	2	-	-	-	-	4

Fonte: IPLANRIO, 1993

Em relação à organização de entidades esportivas e de lazer sem fins lucrativos, sua distribuição pelas áreas da Cidade mostra que estão mais concentradas na Zona Sul e Zona Norte, seguidas das zonas Subúrbio da Leopoldina, Subúrbio da Central e Zona Oeste. No total, existem na cidade 224 clubes, organizados em 51 federações estaduais de desportos. Cada clube pode se filiar a mais de uma federação, correspondendo às atividades esportivas que desenvolve. Das 41 federações das quais foi possível obter informações, a grande maioria, representando 85% do total, congrega até quinze clubes; 7,3% congrega entre dezesseis e trinta clubes; 4,8%, entre 31 e 45 e 2,4%, entre 46 a 60 clubes¹⁷.

O número de escolas de samba, por outro lado, é maior na Zona Norte (16), seguido de perto da Zona Subúrbio da Central (15) e Subúrbio da Leopoldina (14), e menor na Zona Sul (7) e na Zona Oeste (5). Como é de conhecimento geral, a organização desta expressão cultural mantém grande relação com as áreas de favelas, que estão concentradas nas Zonas Norte e subúrbios da Leopoldina e Central do Brasil (Tabela 24).

O funk e o rap também vêm se constituindo em expressões culturais de grande importância, principalmente nos bairros periféricos da Cidade. Além de clubes, muitas são as quadras das escolas de samba que, nos fins de semana, transformam-se em espaços para bailes, reunindo milhares de jovens, na sua grande maioria, de baixa renda. Os grupos de funk estão se organizando em torno da LIGASOM - Liga Independente das Equipes de Som do Rio de Janeiro -, que hoje já congrega dezoito

¹⁷ As informações foram obtidas junto às federações estaduais de desportos.

RAS - ZONA SUL		OCCORRÊNCIAS
IV - BOTAFOGO		16
V - COPACABANA		7
VI - LAGOA		16
XXIV - BARRA		14
TOTAL		53

equipes e mais de 10 mil associados. Os grupos de rap se organizam através da ATCON - Associação Atitude Consciente -, que atualmente filia 23 grupos¹⁸.

RAS - ZONA NORTE		OCCORRÊNCIAS
III - RIO COMPRIDO		5
IX - VILA ISABEL		9
VIII - TIJUCA		12
XIII - MÉIER		20
XX - ILHA DO GOVERNADOR		5
XXI - PAQUETÁ		1
TOTAL		52

TABELA 23
ENTIDADES DESPORTIVAS E CLUBES DE LAZER POR ÁREA DA CIDADE E REGIÃO ADMINISTRATIVA. RIO DE JANEIRO, 1994 (AO LADO)

RAS - SUBÚRBIO LEOPOLDINA		OCCORRÊNCIAS
I - PORTUÁRIA		1
II - CENTRO		13
VII - SÃO CRISTÓVÃO		5
X - RAMOS		12
XI - PENHA		10
XII - INHAÚMA		5
XIV - IRAJÁ		7
TOTAL		53

RAS - SUBÚRBIO CENTRAL		OCCORRÊNCIAS
XV - MADUREIRA		14
XVI - JACAREPAGUÁ		15
XXII - ANCHIETA		4
XXV - PAVUNA		3
TOTAL		36

RAS - ZONA OESTE		OCCORRÊNCIAS
XIX - SANTA CRUZ		3
XVII - BANGU		14
XVIII - CAMPO GRANDE		13
TOTAL		30
TOTAL GERAL		224

Fonte: CRD - Conselho Regional de Desportos/ RJ, 1994

TABELA 24
ESCOLAS DE SAMBA POR ÁREA DA CIDADE E REGIÃO ADMINISTRATIVA. RIO DE JANEIRO, 1995. (AO LADO)

RAS - ZONA SUL		OCCORRÊNCIAS
IV - BOTAFOGO		4
V - COPACABANA		2
XXVII - ROCINHA		1
TOTAL		7

RAS - ZONA NORTE		OCCORRÊNCIAS
III - RIO COMPRIDO		2
IX - VILA ISABEL		3
VIII - TIJUCA		1
XIII - MÉIER		7
XX - ILHA DO GOVERNADOR		3
TOTAL		16

RAS - SUBÚRBIO LEOPOLDINA		OCCORRÊNCIAS
I - PORTUÁRIA		1
VII - SÃO CRISTÓVÃO		2
X - RAMOS		2
XI - PENHA		5
XII - INHAÚMA		2
XXVIII - JACAREZINHO		1
XIV - IRAJÁ		1
TOTAL		14

RAS - SUBÚRBIO CENTRAL		OCCORRÊNCIAS
XV - MADUREIRA		10
XVI - JACAREPAGUÁ		3
XXV - PAVUNA		2
TOTAL		15

RAS - ZONA OESTE		OCCORRÊNCIAS
XIX - SANTA CRUZ		1
XVII - BANGU		4
TOTAL		5
TOTAL GERAL		57

Fonte: LIESA - Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, 1995

¹⁸ As informações foram dadas pela LIGASOM - Liga Independente das Equipes de Som do Rio de Janeiro - e pela ATCON - Associação Atitude Consciente. O cadastro dos grupos de funk e de rap não foram fornecidos.

3.7 COOPERATIVISMO

As cooperativas se constituem em uma forma importante de organização da sociedade, principalmente no contexto da crise econômica que o País atravessa. A OCB - Organização das Cooperativas do Brasil -, congrega 3.681 cooperativas (Tabela 25). A maior parte, organizada na Região Sudeste (1.643), seguida das Regiões Nordeste (787), Sul (775), Centro Oeste (366) e Norte (110). Na Região Sudeste, São Paulo é o estado com maior número de cooperativas (621), seguido do Rio de Janeiro (340). A classificação das cooperativas por área de atuação corresponde aos seguintes critérios:

- consumo: composto por cooperativas de consumo, aberturas e fechadas;
- crédito: composto por cooperativas de crédito;
- habitacional: composto por cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais;
- serviço: composto por cooperativas de eletrificação rural, limpeza pública, telefonia rural e outras;
- trabalho: composto por cooperativas de arquitetos, artesão, artistas, auditores e consultores, aviadores, cabeleiros, carpinteiros navais, catadores de lixo, contadores, costureiras, dentistas, doceiras, engenheiros, escritores, estivadores, garçons, gráficos, informática, inspetores, jornalistas, mecânicos, médicos, mergulhadores, produção cultural, professores, psicólogos, secretárias, trabalhadores na construção civil, trabalhadores de cargas, transportadores de passageiros, vigilantes e outras.

No levantamento, constata-se a expressão das entidades organizadas para o atendimento de serviços e não apenas para a aquisição de crédito. São 1.331 cooperativas de produção, 819 de crédito, 777 de trabalho, 280 de consumo, 191 de eletrificação rural, 182 de habitação e 101 de educação (Tabela 25).

Das 340 cooperativas organizadas no Estado do Rio de Janeiro, 147 estão na Capital e 193, em outros municípios (Tabela 26). Sua distribuição por área de atuação não é similar à verificada nacionalmente. Na Capital, a maioria das cooperativas são de trabalho (64), seguidas das de crédito (56), consumo (10) e produção (8). Nos demais municípios, a maioria das cooperativas também é de trabalho (81), mas, diferentemente da Capital, são seguidas daquelas ligadas à produção (49), indicando a importância das cooperativas rurais nos municípios do interior. Só depois vêm aquelas ligadas ao crédito (41) e ao consumo (15).

TABELA 25

COOPERATIVAS EM ATIVIDADES - BRASIL, 1994

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CONSUMO	CRÉDITO	ELETRIFICAÇÃO	EDUCACIONAL	HABITACIONAL	PRODUÇÃO	TRABALHO	TOTAIS
REGIÃO NORTE	07	11	01	03	04	59	25	110
REGIÃO NORDESTE	27	56	73	44	33	411	143	787
REGIÃO SUL	74	158	54	32	20	302	135	775
R. CENTRO-OESTE	22	67	29	04	63?	123	58	366
REGIÃO SUDESTE	150	527	34	18	62	436	416	1643
RIO DE JANEIRO	25	97	06	02	08	57	145	340
SÃO PAULO	59	197	21	-	39	155	150	821
BRASIL	280	819	191	101	182	1331	777	3681

Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro - OCB, 1994.

TABELA 26

COOPERATIVAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 1994

ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE COOP. NO MUNICÍPIO	Nº DE COOP. NO ESTADO
1. CONSUMO	10	15
2. CRÉDITO	56	41
3. ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAL	01	05
4. EDUCACIONAL	01	01
5. HABITACIONAL	07	01
6. PRODUÇÃO	08	49
7. TRABALHO	64	81
TOTAL	147	193

Fonte: OCERJ, 1994

3.8 OUTRAS ENTIDADES

O Rio de Janeiro, como centro cultural do País, abriga diversas entidades organizadas segundo interesses específicos. No entanto, a multiplicidade de temas, interesses e formatos organizativos torna quase impossível o levantamento exaustivo de todas as instituições existentes. Por essa razão, além daquelas já descritas no decorrer do trabalho, levantamos ainda informações sobre algumas entidades cuja importância social e cultural na Cidade e no País são largamente reconhecidas¹⁹.

Em torno da temática *mulher* organizam-se no Município do Rio de Janeiro 64 entidades feministas e/ou dedicadas à promoção da mulher na sociedade. Além dessas, existem 37 organizações nos outros municípios do Estado. A temática étnica reúne 64 organizações de promoção do negro, a grande maioria vinculada a grupos culturais afro-brasileiros²⁰.

A luta contra a discriminação aos homossexuais articula 53 grupos no País, dos quais onze estão no Estado do Rio de Janeiro e treze em São Paulo.

Os grupos de ajuda sobre a AIDS - temática que ganha enorme importância, não só pelo fato de ser uma doença contagiosa, mas também em razão das suas implicações morais, sociais e culturais - já são 261 no País (Tabela 27). Dos três estados que mais se destacam, o Rio de Janeiro sedia 50 grupos, número inferior apenas ao de São Paulo (108), e acima do registrado em Minas Gerais (32).

19 As informações que se seguem foram obtidas a partir das seguintes fontes: entidades de mulheres - FASE/RJ; entidades de negros - ISER; entidades de homossexuais - Publicação *Nós Por Exemplo*/ISER; grupos de ajuda sobre a AIDS - ABIA.

TABELA 27
GRUPOS DE AJUDA SOBRE
A AIDS, BRASIL, 1994.
(AO LADO)

GRUPOS DE AJUDA NOS ESTADOS	TOTAL
RIO DE JANEIRO	50
SÃO PAULO	108
MINAS GERAIS	32
ESPÍRITO SANTO	6
SANTA CATARINA	9
PARANÁ	6
RIO GRANDE DO SUL	5
PERNAMBUCO	8
CEARÁ	4
PARAÍBA	6
BAHIA	6
SERGIPE	4
MARANHÃO	3
AMAPÁ	1
PARÁ	2
AMAZONAS	2
GOIÁS	2
MATO GROSSO DO SUL	4
DISTRITO FEDERAL	3
TOTAL NO BRASIL	261

Fonte: ABIA, 1994

20 No levantamento realizado pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR-UFRRJ/FASE), constatou-se que grande parte dos grupos ligados à temática étnica desenvolve trabalhos na área cultural. No entanto, pela inexistência de informações precisas neste campo, não foi realizada nenhuma classificação.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Podemos, agora, traçar uma síntese das conclusões sobre o associativismo no Rio de Janeiro.

A participação sócio-política no Estado do Rio de Janeiro acompanha o quadro nacional. De fato, apenas uma parcela da população (13%) encontra-se efetivamente vinculada à sociedade civil organizada, composta, predominantemente, pelos que integram a economia formal, têm maior escolaridade e rendimentos elevados.

A análise dos indicadores de participação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro permitiu confirmar, em primeiro lugar, a distinção entre uma *dimensão corporativa* e uma *dimensão comunitária* (religiosa e residencial) do fenômeno participativo. Já os indicadores de filiação às entidades esportivas e culturais acompanham os de associação corporativa. A adesão às entidades corporativas, assim como a participação de sua dinâmica, obedecem a uma lógica voltada principalmente para os serviços e benefícios seletivos oferecidos por essas organizações (assistência médico-jurídica, atividades culturais e esportivas etc) e menos para a prática sindicalista em si.

O padrão participativo no Estado confirma a hipótese polárquica: quanto maiores os níveis de instrução e de rendimento, maiores as possibilidades de associação. A relação entre participação, rendimento e escolaridade é mais intensa para o associativismo corporativo do que para o comunitário.

De fato, a análise intrametropolitana do grau e modalidade da participação confirmou, em parte, a clássica distinção núcleo/periferia encontrada nos estudos sobre a

Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹. As áreas correspondentes à Zona Sul e à Zona Norte e ao Município de Niterói apresentam os mais altos níveis de adesão às entidades sindicais, profissionais, esportivas e culturais. Os índices são menores nas áreas periféricas próximas ao núcleo e, mais reduzidos, na periferia distante. Tal oposição reflete a forte segmentação social da Metrópole. Em sentido inverso, os níveis de filiação a entidades religiosas e comunitárias mostram-se significativos em áreas periféricas, incorporando predominantemente segmentos populacionais de baixa escolaridade e rendimento. É o caso de diferentes municípios da Baixada Fluminense (principalmente Duque de Caxias e Nova Iguaçu) e da Zona Oeste carioca.

A organização das entidades civis no Município do Rio de Janeiro se mostrou diferenciada segundo as áreas da Cidade, confirmando as conclusões sobre a análise da participação sócio-política na Região Metropolitana que indicam uma relação entre o nível de renda e instrução e os tipos de organização dos diversos interesses sociais.

Em linhas gerais, a distribuição das entidades pelas áreas da Cidade mostra que, na Zona Oeste, encontra-se a maior parte das associações de moradores e dos templos evangélicos; na Zona Norte, das entidades filantrópicas e assistenciais, das igrejas evangélicas, dos centros espíritas e das escolas de samba; na Zona Sul, das entidades desportivas e de lazer; na Zona Subúrbio da Central, das associações de favelas. As ONGs, os sindicatos e as cooperativas não se organizam a partir de uma base geográfica definida.

1 Cf. Brasileiro, 1976 e Abreu, 1988.

O levantamento e a identificação das entidades associativas permite afirmar que, no Município do Rio de Janeiro, existe uma multiplicidade de atores sociais organizados segundo diversos interesses, constituindo uma sociedade civil dinâmica e complexa. A abertura de canais efetivos de participação da sociedade nos projetos governamentais exige, portanto, formatos institucionais e mecanismos de negociação de interesses diferenciados, segundo a base social e o modelo de organização dos diversos atores.

Ao contrário do que o senso comum tem indicado, a *década perdida*, no Rio de Janeiro, não produziu um esgarçamento do tecido organizativo sócio-político - detectamos sinais de crescimento do associativismo no Município e no Estado. Entretanto, vem ocorrendo uma reconfiguração desse tecido, com a substituição das formas clássicas de organização e participação popular por redes de novas entidades e de atores articulados em torno de objetivos não só de representação de interesses corporativos geográficos, mas de prestação de serviços e de proposição de políticas públicas. Nesse sentido, chama atenção o crescimento de três novas categorias de atores do associativismo: as entidades filantrópicas, as organizações não-governamentais e as instituições religiosas.

Em síntese, foi constatado no Rio de Janeiro um quadro de segmentação da participação, acompanhando as diferenças de escolaridade, renda e local de moradia. Assim, as atuais transformações econômicas da sociedade brasileira, marcadas pela crescente metropolização da pobreza urbana, podem aprofundar aquilo que vem sendo chamado de *híbrido institucional*² - ou seja, quando os planos governamentais e as políticas públicas reforçam a exclusão social.

2 Santos, 1993.

No entanto, os indícios de mudanças no associativismo e na participação permitem imaginar novas alternativas a esse mesmo processo de exclusão, ainda em curso. O desafio é buscar modelos de políticas e de gestão da cidade que, comprometidos com os ideais de justiça e de democracia, fundem-se na dinâmica sócio-política do corporativismo e na adesão dos valores da solidariedade. Nessa direção, é fundamental integrar as novas redes de atores da cena urbana carioca à elaboração de estratégias de superação dos impasses atualmente vividos pela Cidade do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. A. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.
- ALKIMIN, A. C., RIBEIRO, R. *Procedimento metodológico para desagregação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em novas áreas*. Rio de Janeiro, 1992. [mimeo.].
- BOBBIO, N. et al. *Política* Dicionário. Brasília: UNB, v. 2, 1992.
- BOSCHI, R. R. (Org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BOSCHI, R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ / Vértice, 1987.
- BORRO JR., A. De volta para o novo cooperativismo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SADE, v. B, n. 3, jul./set. 1994.
- BRASILEIRO, Ana Maria. Região Metropolitana do Grande Rio: serviços do interesse comum. In: SÉRIE ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.
- COSTA, A. T. *Administração de entidades sem fins lucrativos*. São Paulo: Nobel, 1992.
- COSTA, V. M. F. *Origens do cooperativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991.
- DAHL, R. *Poliarchy*. New Haven Yale University Press, 1971.
- DINIZ, E. *Favelas: associações e ação comunitária*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981.
- FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. In: COMUNICAÇÕES DO ISER. Rio de Janeiro: ISER, jul. 1985.
- FERNANDES, R. C. Sociedade civil e ecumenismo. In: COMUNICAÇÕES DO ISER. Rio de Janeiro: ISER, n. 44, ano 12, 1993.
- FERNANDES, R. C. *O governo das almas*. Rio de Janeiro: ISER, 1992. [mimeo.].

- FRANCO, C. W. M. Associação de sociedades. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 41-80, mai./ago. 1981.
- FRESTON, Paul. Os evangélicos na política brasileira. In: RELIGIÃO E SOCIEDADE. Rio de Janeiro: ISEER, n.16, p. 1-2, 1992.
- GIUMBELLI, E. *Faces e dimensões da campanha contra a fome*. Rio de Janeiro: ISEER, 1994.
- GRAZIA, G. de. Rio de Janeiro: em busca da participação popular. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n.45, ag. 1990.

_____. *Desafios e limites em formatos institucionais das lutas urbanas: o caso FAMERJ*. (Mestrado) - IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

HORTA, L.F. (Org.). *Sagrado e Profano*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

IAMAMOTO, M. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IBGE. Educação, meios de transporte, cadastros e assistencialismo. *Participação político-social*, Rio de Janeiro, v.2, 1988.

KLEINSCHMIDT, Carin. *Movimento popular e serviço social*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LANDIM, Leilah (Org.). *Sinais dos tempos: igrejas e seitas no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEER, 1989.

_____. *Sinais dos tempos: tradições religiosas no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEER, 1989.

_____. *Sinais dos tempos: diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEER, 1990.

_____. *Para além do mercado e do estado? filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEER, 1993.

NASCIMENTO, E.P. A lógica perversa da crise: o caso dos movimentos urbanos no Brasil. In: *BRASIL URBANO - CENÁRIOS DA ORDEM E DA DESORDEN*. Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1993.

OLSON JR., M. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PEREIRA JR., HERINGER (Pesq.). *Rio de Janeiro:*

radiografia das lutas de bairro no Estado - 1988/1989 - mapeamento das organizações comunitárias filiadas à FAMERJ no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBASE, maio de 1990. [mimeo.]

PIERUCCI, A. F. O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 1989.

RIBEIRO, L.C.Q. et al. *Avaliação da conjuntura social e das políticas públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal. Rio de Janeiro: IPPUR/ FASE, 1995. [mimeo.]

SADLER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

_____. *As Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Organizações Não-Governamentais: seu papel na construção da sociedade civil*. São Paulo em Perspectiva, Rio de Janeiro: Fundação SADE, v.8, n.3, 1994, p. 3-14.

SILVA, A.A. *Política social e cooperativas habitacionais*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, M. T. S. *Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores das favelas do município do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.51, n. 4, p. 97-108, out./dez. 1989.

SPOSATTI, A., FALCÃO, M. C., FLEURY, S. M. T. *O Direito (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATTI, A. (Coord.) *Assistência social no Brasil: carta tema 1930-1990*. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATTI, A., YASBECK, C. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1992.

TEIXEIRA, N. G. (Org.) *O Futuro do sindicalismo no Brasil: o diálogo social*. São Paulo: Pioneira, 1990.

VALLADARES, L. P. *Passa-se uma Casa: uma análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELLOSO, J. P. R., RODRIGUES, L. M. (Orgs.). *O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical e CGT*. São Paulo: Nobel, 1992.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOLFE, A. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: DESENVOLVIMENTO, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E AS ONGS. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

ZANETTI, L. O "novo" sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: [s. n.], 1993.

INDE
GRA F I C O S
E M A P A S

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA DE FILIAÇÃO PARA PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS - BRASIL, REGIÕES/RJ - 1988	16
TABELA 2 - ANÁLISE FATORIAL (VARIMAX ROTATION) - INDICADORES DE ASSOCIATIVISMO PARA ÁREAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	36
TABELA 3 - ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS DA CIDADE	49
TABELA 4 - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES FILIADAS À FAMERJ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REGIÃO METROPOLITANA E NA CAPITAL	54
TABELA 5 - FEDERAÇÕES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	54
TABELA 6 - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS DA CIDADE	55
TABELA 7 - SINDICATOS DE TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS	65
TABELA 8 - SINDICATOS DE TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO	67
TABELA 9 - SINDICATOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO FILIADOS À CUT - DIVISÃO SEGUNDO RAMO DE PRODUÇÃO, 1995	69
TABELA 10 - FILIAÇÃO A CENTRAIS SINDICAIS - EST. DO RIO DE JANEIRO E CAPITAL, 1995	71
TABELA 11 - PORCENTAGEM DE ASSOCIADOS POR ENTIDADE FILIADA À CUT	72
TABELA 12 - SINDICATOS DE EMPREGADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS	74
TABELA 13 - ONG'S FILIADAS À ABONG POR ÁREA DE ATUAÇÃO - RIO DE JANEIRO, 1995	80
TABELA 14 - TIPOS DE INSTITUIÇÕES E PROJETOS POR ÁREA DE LOCALIZAÇÃO - RIO DE JANEIRO, 1990	83

TABELA 15 - TIPOS DE INSTITUIÇÕES E PROJETOS POR NATUREZA DE INICIATIVA - RIO DE JANEIRO, 1991	85
TABELA 16 - TIPOS DE INSTITUIÇÕES E PROJETOS POR ZONA DE LOCALIZAÇÃO - RIO DE JANEIRO, 1991	85
TABELA 17 - IGREJAS E TEMPLOS POR RELIGIÃO - MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO, 1994	87
TABELA 18 - ESCOLAS E CENTROS DE FORMAÇÃO POR RELIGIÃO - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994	88
TABELA 19 - IGREJAS CATÓLICAS E CAPELAS POR R.A. - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1993	89
TABELA 20 - IGREJAS E TEMPLOS EVANGÉLICOS POR R. A. - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994	91
TABELA 21 - IGREJAS ESPÍRITAS POR R.A. - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994	93
TABELA 22 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS SEGUNDO AS R.A.s - RIO DE JANEIRO, 1993	96
TABELA 23 - ENTIDADES DESPORTIVAS E CLUBES DE LAZER POR ÁREA DA CIDADE E R. A. - RIO DE JANEIRO, 1994	98
TABELA 24 - ESCOLAS DE SAMBA POR ÁREA DA CIDADE E R. A. - RIO DE JANEIRO, 1995	99
TABELA 25 - COOPERATIVAS EM ATIVIDADES - BRASIL, 1994	101
TABELA 26 - COOPERATIVAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO - BRASIL, 1994	101
TABELA 27 - GRUPOS DE AJUDA SOBRE A AIDS - BRASIL, 1994	103

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS, POR FILIAÇÃO A ENTIDADES, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO - RJ, 1988	18
GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS, POR FILIAÇÃO A ENTIDADES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - RJ, 1988	19
GRÁFICO 3 - PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS, FILIADAS A ENTIDADES SINDICAIS, POR TIPO DE ENTIDADE SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE - RJ, 1988	20
GRÁFICO 4 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS OCUPADAS, FILIADAS A ENTIDADES SINDICAIS POR MOTIVO DE FILIAÇÃO - RJ, 1988	21
GRÁFICO 5 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS OCUPADAS, FILIADAS A ENTIDADES SINDICAIS POR UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS - RJ, 1988	22
GRÁFICO 6 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) A ENTIDADES DIVERSAS - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	28
GRÁFICO 7 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	31
GRÁFICO 8 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ENTIDADES SINDICAIS - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	32
GRÁFICO 9 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM PARTIDOS POLÍTICOS - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	32
GRÁFICO 10 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS/MORADORES - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	34
GRÁFICO 11 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	35
GRÁFICO 12 - TAXA DE FILIAÇÃO (PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS) EM ENTIDADES ESPORTIVAS/CULTURAIS - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988	35

GRÁFICO 13 - ANÁLISE FATORIAL (ROTAÇÃO ESPACIAL DOS FATORES) - INDICADORES DE ASSOCIATIVISMO, RMRJ _____	36
GRÁFICO 14 - ANÁLISE FATORIAL (ESCORE DAS ÁREAS EM RELAÇÃO AOS FATORES) - INDICADORES DE ASSOCIATIVISMO, RMRJ _____	37
GRÁFICO 15 - SINDICATOS POR TIPO - BRASIL, RJ, SP, 1991 _____	61
GRÁFICO 16 - SINDICATOS POR PERÍODO DE FUNDAÇÃO - BRASIL, RJ, SP, 1991 _____	62
GRÁFICO 17 - SINDICATOS PATRONAIS POR GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS - BRASIL, RJ, SP, 1991 _____	63
GRÁFICO 18 - SINDICATOS DE TRABALHADORES POR GRANDES GRUPOS PROFISSIONAIS - BRASIL, RJ, SP, 1991 _____	64
GRÁFICO 19 - SINDICATOS POR NÚMERO DE ASSOCIADOS - BRASIL, RJ, SP, 1991 _____	66
GRÁFICO 20 - SINDICATOS DE TRABALHADORES - EST. DO RIO DE JANEIRO, RMRJ E CAPITAL, 1994 _____	68
GRÁFICO 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS SINDICATOS POR FILIAÇÃO ÀS CENTRAIS SINDICAIS - EST. DO RIO DE JANEIRO, 1995 _____	70
GRÁFICO 22 - DISTRIBUIÇÃO DOS SINDICATOS POR FILIAÇÃO ÀS CENTRAIS SINDICAIS - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1995 _____	70
GRÁFICO 23 - SINDICATOS DE EMPREGADORES - EST. DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL, 1994 _____	75
GRÁFICO 24 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ONG'S FILIADAS À ABONG - BRASIL, 1995 _____	79
GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DAS ONG'S FILIADAS À ABONG - REGIÃO SUDESTE, 1995 _____	79
GRÁFICO 26 - DISTRIBUIÇÃO DAS ONG'S FILIADAS À ABONG - ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1995 _____	80

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - FORMAS DE ASSOCIATIVISMO PREDOMINANTES _____	41
MAPA 2 - ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994 _____	50
MAPA 3 - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1993 _____	56
MAPA 4 - IGREJAS CATÓLICAS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1993 _____	90
MAPA 5 - IGREJAS EVANGÉLICAS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1993 _____	92
MAPA 6 - CENTROS ESPÍRITAS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1994 _____	94

LISTA DAS FONTES PESQUISADAS

1 ENTIDADES COMUNITÁRIAS

FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FAFERJ - Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores

2 ENTIDADES SINDICAIS

CUT - Central Única dos Trabalhadores
Força Sindical
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
TRT - Tribunal Regional do Trabalho / Rio de Janeiro

3 ENTIDADES PATRONAIS

TRT - Tribunal Regional do Trabalho
Federações Estaduais de Entidades Patronais

4 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

ABONG - Associação Brasileira de ONGs

5 ENTIDADES RELIGIOSAS

Arquidiocese do Rio de Janeiro
ISER - Instituto de Estudos da Religião - Censo sobre Igrejas Evangélicas
USEERJ - União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro

6 ENTIDADES COOPERATIVAS

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCERJ - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro

7 ENTIDADES CULTURAIS E DESPORTIVAS

CRD - Conselho Regional de Desportos
Federações Estaduais de Desportos
IPLANRIO

LIESA - Liga Independente das Escolas de Samba
ISER - Instituto de Estudos da Religião

8 ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Conselho Regional de Serviço Social
Arquidiocese do Rio de Janeiro
Censo Religioso do ISER
LBA - Legião Brasileira de Assistência

9 OUTRAS ENTIDADES

FASE - Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional
ISER - Instituto de Estudos da Religião
ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de
AIDS

**PUBLICAÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE
POLÍTICA URBANA E GESTÃO MUNICIPAL**

SÉRIE TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

REFORMA URBANA: POR UM NOVO
MODELO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DAS CIDADES

O RIO DE JANEIRO EM QUESTÃO:
O PLANO AGACHE E O IDEÁRIO
REFORMISTA DOS ANOS 20

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA

COMO ANDA O RIO DE JANEIRO:
ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIAL
DUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO
URBANA: O CASO DO RIO DE JANEIRO